

**UFRRJ**  
**INSTITUTO DE AGRONOMIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**  
**AGRÍCOLA**

**DISSERTAÇÃO**

**UM ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO AGRÍCOLA NO**  
**PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E**  
**AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE PINHEIRAL**  
**NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**THAMIRIS MONTEIRO NOGUEIRA PERRONE**

**2019**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE AGRONOMIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**UM ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO AGRÍCOLA NO PROGRAMA DE  
EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AGRICULTURA FAMILIAR NO  
MUNICÍPIO DE PINHEIRAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**THAMIRIS MONTEIRO NOGUEIRA PERRONE**

*Sob a orientação da professora*  
**Dr.<sup>a</sup> Lia Maria Teixeira de Oliveira**

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção de grau de **Mestre em Educação**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Formação Docente e Políticas Para a Educação Agrícola.

**Seropédica, RJ  
Dezembro de 2019**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

P459e PERRONE, THAMIRIS MONTEIRO NOGUEIRA , 1989-  
UM ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO AGRÍCOLA NO PROGRAMA DE  
EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AGRICULTURA FAMILIAR NO  
MUNICÍPIO DE PINHEIRAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO /  
THAMIRIS MONTEIRO NOGUEIRA PERRONE. - SEROPÉDICA,  
2019.  
66 f.: il.

Orientadora: LIA MARIA TEIXEIRA DE OLIVEIRA.  
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural  
do Rio de Janeiro, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
EDUCAÇÃO AGRÍCOLA, 2019.

1. educação. 2. meio ambiente. 3. campesinato. I.  
OLIVEIRA, LIA MARIA TEIXEIRA DE , 1957-, orient. II  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA III.  
Título.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 "This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001"

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**INSTITUTO DE AGRONOMIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**THAMIRIS MONTEIRO NOGUEIRA PERRONE**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Formação Docente e Políticas Para a Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 29/10/2019

---

Lia Maria Teixeira de Oliveira, Dra. UFRRJ

---

Fabiana de Carvalho Dias Araujo Dra. UFRRJ

---

Cláudia dos Reis Ferreira Dra. UFRRJ

## AGRADECIMENTO

Esta dissertação representa um pouco todos aqueles que contribuíram para minha jornada de conclusão desta dissertação, me apoiando de diversas formas e em diferentes momentos e, para o meu amadurecimento acadêmico e na vida.

Assim agradeço a Deus que de muitas formas se manifestou na minha existência e no meu caminho, me dando força para concretizar esse sonho.

Minha família que sempre esteve me apoiando.

Agradeço imensamente a minha orientadora pela oportunidade, paciência e dedicação.

À FAPERJ pela bolsa de estudos.

À Universidade por todo aprendizado acadêmico e experiências de vida.

Ao corpo docente do PPGEA pela relação fraterna.

À equipe técnica do PPGEA pela assistência, em especial à Kelly e Marize Setubal pelo carinho e atenção incansáveis.

Ao Grupo de Estudos em Educação Ambiental, Diversidade e Sustentabilidade (GEPEADS) e seus integrantes por direcionar a minha caminhada e estarem comigo sempre.

Às queridas Ana Dantas Soares, Lilian Cordeiro e Samara dos Santos pelo incentivo!

Aos companheiros de turma pelo estímulo.

Aos amigos que tornam nossa vida mais fácil, sempre me apoiando.

Ao meu marido por estar ao meu lado, sempre.

À minha mãe por sempre me ouvir e me dar apoio moral.

À minha filha Marina por me ensinar a aprender todos os dias.

Em especial gostaria de agradecer à querida amiga Vívian Soares por segurar a minha mão e estar ao meu lado nessa caminhada, sempre me apoiando! É graças a você que esse trabalho foi possível.

## RESUMO

PERRONE, Thamiris Monteiro Nogueira. **Um Estudo Sobre a Formação Agrícola no Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar no Município de Pinheiral no Estado do Rio de Janeiro**. 2019. 66p. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2019.

Este trabalho foi desenvolvido por meio de um estudo de caso com integrantes do curso de agentes populares em Educação Ambiental do Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar (PEAAF) ocorrido na Secretaria de Meio Ambiente do Município de Pinheiral-RJ. O programa foi criado em 2012 através da luta da agricultura popular pelo fortalecimento da Agricultura Familiar e vem atuando em diversos pontos do país, auxiliando na promoção do desenvolvimento rural com conservação dos recursos naturais e a valorização do conhecimento dos povos do campo, das florestas e comunidades tradicionais. Foi feita uma análise do processo de formação conduzido pelos tutores do programa, a partir dos materiais fornecidos pelo Ministério do Meio Ambiente, órgão fomentador deste processo. Foram analisados documental com a finalidade de observar o caminho traçado para a realização das atividades no que diz respeito aos conteúdos sobre às questões socioambientais que implicam direta e indiretamente na agricultura familiar. Realizamos entrevistas semiestruturadas com os formadores pretendendo compreender a visão ambiental a ser reproduzida por eles, e foram utilizados questionários semiabertos com os alunos com a finalidade de nos permitir perceber o alcance atingido por eles durante o processo. Observou-se assim a corrente da ferramenta utilizada para abordar a Educação Ambiental, juntamente com a reflexão dos alunos frente aos conteúdos abordados. Desta forma, os alicerces conceituais foram definidos a partir dos dados empíricos e documentais que instrumentalizaram a seleção de autores correspondentes à temática. Os principais desafios encontrados foram a dificuldade dos agricultores em acompanhar o curso e assim sua conclusão. Conclui-se que o material fornecido juntamente com a condução feita pelos formadores considerou a direção pretendida no programa, e contemplou a corrente observada.

**Palavras-chave:** Educação, Meio Ambiente, Campesinato.

## ABSTRACT

PERRONE, Thamiris Monteiro Nogueira. **A Study on Agricultural Training in the Environmental Education and Family Farming Program in the municipality of Pinheiral in the State of Rio de Janeiro.** 2019. 66p. Dissertation (Master in Agricultural Education). Institute of Agronomy, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2019.

This work was developed through a case study with members of the course of popular agents in Environmental Education of the Environmental Education and Family Farming Program (PEAAF) that took place at the Secretariat of Environment of Pinheiral-RJ. The program was created in 2012 through the struggle of popular agriculture for the strengthening of Family Farming and has been acting in various parts of the country, helping to promote rural development with conservation of natural resources and enhancing the knowledge of traditional peoples and communities. An analysis of the training process conducted by the program tutors was made from the materials provided by the Ministry of the Environment, the sponsor of this process. Documentary were analyzed with the purpose of observing the path taken for the accomplishment of the activities with respect to the contents about the social and environmental questions that directly and indirectly implicate in the family agriculture. We conducted semi-structured interviews with the trainers seeking to understand the environmental vision to be reproduced by them, and semi-open questionnaires were used with the students in order to allow us to understand the scope reached by them during the process. Thus, it was observed the current of the tool used to approach Environmental Education, along with the students' reflection on the contents covered. Thus, the conceptual foundations were defined from the empirical and documentary data that instrumentalized the selection of authors corresponding to the theme. The main challenges encountered were the difficulty of farmers to follow the course and thus its completion. It was concluded that the material provided along with the driving done by the trainers considered the intended direction in the program, and contemplated the observed current.

**Keywords:** Education, Environment, Peasantry.

## LISTA DE ABREVIACÕES E SÍMBOLOS

**AF-** Agricultura Familiar.

**APP** - Área de Proteção Ambiental

**ASA** - Articulação Semiárido Brasileiro

**ATER** - Assistência Técnica e Extensão Rural

**AVA** - Ambiente Virtual de Aprendizagem

**CNUMAD** - Conferência Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento

**CONTAG-** Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

**DAP** - Declaração de Aptidão do Pronaf

**DEA/SAIC/MMA-** Departamento de Educação Ambiental da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do Ministério do Meio Ambiente.

**EA-** Educação Ambiental.

**EMATER-RIO** - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do estado do Rio de Janeiro.

**FAO-** Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura

**FETAG** - Federação dos Trabalhadores e trabalhadoras Assalariados(as) Rurais

**GEPEADS-** Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Ambiental, Diversidade e Sustentabilidade.

**INCRA-** Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

**IPEA** - Instituto de Pesquisa Aplicada

**LICA-** Licenciatura em Ciências Agrícolas

**MAB** - Movimento dos Atingidos por Barragens

**MAD** - Ministério do Desenvolvimento Agrário

**MMA-** Ministério do Meio Ambiente

**MPA-** Movimento Pequenos Agricultores

**MST** - Movimento sem Terra

**ONG** - Organização Não Governamental

**ONU** - Organização das Nações Unidas

**PAA** - Programa de Aquisição de Alimentos

**PDT** - Partido Democrático Trabalhista

**PEAAF-** Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar

**PIBID-** Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência

**PIEA** - Projeto Internacional de Educação Ambiental

**PLANAPO** - Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

**PMFC** - Programa de Manejo Florestal Comunitário Familiar

**PNEA**- Plano Nacional de Educação Ambiental

**PNMA** - Política Nacional de Meio Ambiente

**PNUMA** - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

**PPGEA**- Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola

**PRA** - Programa de Regularização Ambiental

**PROCAMPO** - Programa de Apoio a Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo

**PRONACAMPO** - Programa Nacional de Educação do Campo

**PRONAF**- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

**ProNEA**- Programa Nacional de Educação Ambiental

**PRONERA**- Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

**PT** - Partido dos Trabalhadores

**RL** - Reserva legal

**SECADO** - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

**SEMA** - Secretaria Especial de Meio Ambiente

**STRs**- Sindicatos dos Trabalhadores Rurais

**TCLE**- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

**TEAAS** - Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global

**UFRRJ** - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**UNESCO**- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Mapa do Estado do Rio de Janeiro. ....	10
<b>Figura 2</b> - Mapa de Pinheiral e municípios limítrofes. ....	10
<b>Figura 3</b> - Fluxograma do Ciclo Construtivo da Agroecologia. ....	35
<b>Figura 4</b> - Aula Inaugural. ....	38
<b>Figura 5</b> - Debates explorados nos Fóruns do AVA. ....	38
<b>Figura 6</b> - Compostagem. ....	39
<b>Figura 7</b> - Manejo. ....	39
<b>Figura 8</b> - Abordagem da EA Emancipatória. ....	40
<b>Figura 9</b> - Gênero dos alunos do curso. ....	44
<b>Figura 10</b> - Afinidade dos alunos com a agricultura. ....	44
<b>Figura 11</b> - Escolaridade dos alunos do curso. ....	45
<b>Figura 12</b> - Variação na conclusão do curso. ....	45
<b>Figura 13</b> - Como os alunos entendem o programa. ....	45
<b>Figura 14</b> - Como os alunos avaliam a formação. ....	46
<b>Figura 15</b> - Expectativa dos alunos a respeito da formação. ....	46
<b>Figura 16</b> - Momentos positivos do curso. ....	46
<b>Figura 17</b> - Momentos negativos do curso. ....	47
<b>Figura 18</b> - Reavaliação de suas práticas agrícolas. ....	47
<b>Figura 19</b> - O que os alunos melhorariam no curso. ....	47

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
1.1	Apresentação .....	3
<b>2</b>	<b>TRAJETÓRIA DA AUTORA/PESQUISADORA.....</b>	<b>5</b>
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>7</b>
3.1	Tipo de Pesquisa.....	7
3.2	Análise Documental .....	8
<b>4</b>	<b>HISTÓRICO AGRÍCOLA DE PINHEIRAL.....</b>	<b>10</b>
4.1	A Agricultura no Município .....	13
<b>5</b>	<b>CONQUISTA POPULAR.....</b>	<b>15</b>
5.1	Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar.....	18
<b>6</b>	<b>CAMINHOS E EVENTOS SOCIAIS .....</b>	<b>21</b>
6.1	Educação Ambiental no Brasil e sua Contribuição para as Políticas Públicas.....	24
6.2	Educação Ambiental e a Lente Escolhida .....	26
<b>7</b>	<b>AGRICULTURA FAMILIAR: Concepção e organização social e produtiva.....</b>	<b>29</b>
7.1	Saber Camponês .....	30
7.2	Agroecologia e Agricultura Familiar.....	33
<b>8</b>	<b>REFLETINDO SOBRE O PROCESSO DE FORMAÇÃO .....</b>	<b>36</b>
8.1	Observando o Material Pedagógico.....	37
8.2	Analisando a Formação por meio das Entrevistas aos Formadores .....	41
8.3	Avaliação dos Formandos .....	43
8.4	Discutindo os Resultados .....	48
<b>9</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>52</b>
<b>10</b>	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>54</b>
<b>11</b>	<b>APÊNDICE .....</b>	<b>61</b>
	<b>Apêndice A – Portaria do Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar. ....</b>	<b>62</b>
<b>12</b>	<b>ANEXOS .....</b>	<b>64</b>
	<b>Anexo 01 - Roteiro de Entrevista – Equipe de Formadores.....</b>	<b>65</b>
	<b>Anexo 02 - Questionário – Agricultores .....</b>	<b>66</b>

# 1 INTRODUÇÃO

A problemática ambiental é um assunto em questão e institucionalizado há pelo menos cem anos. Na tentativa de encontrar soluções para os questionamentos, na sociedade vêm sendo elaboradas e difundidas políticas governamentais que acenam para novas práticas, que visam à sustentabilidade e a (re) harmonização entre o ser humano e os outros componentes do meio ambiente, tanto os construídos quanto o natural. Tal busca pelo equilíbrio natural ocorre em todos os setores da sociedade onde encontramos cidadãos dispostos a seguir e tecer caminhos igualitários, sustentáveis e da justiça ambiental, mantendo o uso e o respeito ao local onde estão inseridos.

Nas últimas quatro décadas, no Brasil, tem sido editada políticas ambientais em consonância as demandas dos diversos setores de produção, principalmente aqueles que são impactantes à relação sociedade-natureza. Mais recente, com inúmeros estudos interdisciplinares entre meio ambiente, agricultura e sociedade publicados em redes de pesquisadores/as e agricultores/as, foi possível fundamentar a promulgação de políticas públicas no Ministério de Meio Ambiente para afirmar e apoiar a qualidade e o equilíbrio na agricultura através da agroecologia, dentre outras práticas agrícolas conservacionistas. Nos referenciamos no Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar (PEAAF) editado desde 2012, que teve (tem) como finalidade na busca da sustentabilidade social e ambiental na produção e práticas agrícolas em meio rural, além do campo e florestas do Brasil.

O Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar (PEAAF), no Art. 2º parágrafo 1, por exemplo, apoia o “desenvolvimento rural sustentável” na agricultura familiar. No Art. 2º do Parágrafo 2 do PEAAF, um dos objetivos do programa é “fomentar processos educacionais mais críticos e participativos que promovam a formação, capacitação, comunicação e mobilização social”. Seguindo a linha que se estuda, da Educação Ambiental (EA) crítica emancipatória (onde iremos discutir mais adiante), Primavesi argumenta que “A educação ambiental abrange toda a complexidade da ação humana, constituindo um tema transversal, transdisciplinar. Deve ser ferramenta para construir uma sociedade mais sustentável, socialmente justa e ecologicamente equilibrada” (2003, p.20).

O caráter de transdisciplinaridade da EA faz com que ela perpassa diferentes segmentos da educação. O processo educativo do programa (PEAAF) visa:

(...) propiciar a reflexão crítica sobre as atuais articulações entre o campo e a cidade e as dinâmicas territoriais, regionais e nacionais, favorecendo a ação coletiva, organizada e qualificada dos grupos sociais. São desenvolvidas práticas de educação ambiental que compartilham os princípios, diretrizes e objetivos expostos por meio de atividades presenciais e semipresenciais (PEAAF, 2015, p 20).

O caminho desconstrutor e desvelador de paradigmas é almejado por educadores e formadores, pois propiciam o desenvolvimento das percepções acerca do espaço e tempo em que se vive, respeitando o meio onde está inserido a fim de promover uma sociedade justa e solidária, livre da pobreza e marginalização, das desigualdades sociais, preconceito e outras formas de discriminação de acordo com o Art. III da constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

É de consenso que dentre os espaços que a formação se faz atuante, visando a construção de conhecimento, tem-se a educação formal, educação informal e a educação não formal, classificadas assim de acordo com o ambiente, os objetivos e intencionalidades educativas em que ocorrem.

Através das atividades de formação propostas pelo PEAAF como “cursos, seminários,

oficinas, atividades de campo” podemos entender como a materialização do processo educativo se realiza por meio da educação não formal, além da utilização de ambiente virtual onde são disponibilizados conteúdos programáticos.

A proposta que deu origem a dissertação é o acompanhamento do processo de “capacitação” dos agricultores pelo PEAAF, analisando a formação oferecida. A pesquisa voltou-se, a saber, para: atentar ao direcionamento do curso, verificando os saberes dos envolvidos, entrelaçando teoria e prática nos cotidianos deles; observar a forma com que a prática foi conduzida, cabendo processos participativos ou impostos; se são (ou foram) respeitados as particularidades e especificidades de cada agricultor e regionalidade; perceber se há transformações na concepção de mundo, para além das questões ambientais. A pesquisa se limitou às comunidades contempladas pelo programa no Município de Pinheiral.

Torna-se importante, juntamente com a análise do processo educativo, a observação da linha de pesquisa na Educação Ambiental, tendo em vista seus questionamentos e direcionamento, pois, se a conjuntura propõe voltar-se às questões de proteção e segregação das questões em relação à EA, nada se pode esperar de tal formação se essa for rasa e ineficiente; haja vista a necessidade da construção de indivíduos críticos a respeito do ambiente em que estão inseridos juntamente com as questões agrícolas e ambientais.

O PEAAF é um programa destinado aos agricultores familiares e pelos agricultores familiares, o que caracteriza a suma importância da participação e mobilização popular a fim de construir políticas públicas que represente as demandas da sociedade. Seu surgimento e implementação ocorreram através de organizações não governamentais e instituições governamentais. O programa é uma reivindicação dos pequenos agricultores ao governo Federal por meio de diversas manifestações ocorridas no evento Grito da Terra, em 2009 e outras. Ou seja, sua realização é dialógica entre os sujeitos sociais envolvidos nesse setor popular.

A partir da Comissão de Direitos Humanos, permitiu-se um marco no que se refere à participação coletiva, sendo um meio formal para uma representatividade social verdadeira, tendo como princípios a Justiça socioambiental; a interdisciplinaridade; a interdependência entre campo e cidade; e a gestão democrática, garantindo o direito coletivo dos sujeitos que através das oficinas se posicionam de forma ativa e crítica na articulação no que se refere aos órgãos públicos. Toma como diretriz a Educação Ambiental, seja ela formal ou informal, construindo de forma crítica, através de reflexões e práticas produtivas, em bases agroecológicas, assim como em bases do agro extrativismo e dos sistemas agroflorestais, posto que esses são sistemas de produção que respeitam o ambiente construindo uma economia rural mais integrada à natureza.

Ações pelo país inteiro estão sendo mediadas pelo programa que iniciou em 2012, e hoje passa pelo momento de formação dos sujeitos que serão transformadores do campo brasileiro, deixando assim que suas práticas agrícolas alcem voos mais altos na questão ecológica, fortalecendo cada vez mais o agricultor familiar na agroecologia, visto que ele vem sendo desafiado à integração ao agronegócio; ao contrário da agroecologia ou agricultura sustentável o agronegócio tem sido principal responsável pelos problemas ambientais, culturais e sociais do campo.

No estado do Rio de Janeiro, um dos municípios contemplados pelo programa foi Pinheiral. De acordo com o portal eletrônico do município, podemos verificar que:

A Prefeitura de Pinheiral através da Secretaria Municipal do Ambiente e Desenvolvimento Rural foi selecionada como instituição parceira para o desenvolvimento do curso que será oferecido pelo Ministério do Meio Ambiente. Com carga horária de 180 horas, será ministrado à distância e também com encontros presenciais promovidos pela equipe do Departamento de Educação Ambiental da secretaria (Portal

da Prefeitura de Pinheiral, 2016).

Um Programa de tal investimento público e importância para os agricultores familiares do país merece ter sua experiência registrada e compartilhada com o meio acadêmico – principalmente, em se tratando da UFRRJ e sua histórica interação com os sujeitos do campo e suas práticas sociais a partir dos fins dos anos 1980 – pois, não podemos nos omitir diante esse processo, que é um marco para a agricultura familiar, notadamente as áreas de conhecimentos das humanas e sociais. Esta década foi marcante para a instituição, pois nela seus pesquisadores direcionaram os estudos às questões ambientais na agricultura frente a explosão referente a crise ambiental planetária. Desde esse momento, integrantes das áreas das ciências humanas e sociais passam a demonstrar ser resistência ao modelo patronal de agricultura desenvolvimentista conquistando espaço e participação em diversos programas com grande atuação neste âmbito, fortalecido ainda mais após o PRONERA, política consolidada desde fim dos anos 1990 e tornada política de estado em 2010.

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) propõe e apóia projetos de educação voltados para o desenvolvimento das áreas de reforma agrária e assentamento rural, com incentivo à educação básica até a pós-graduação. Seus cursos contemplados atendem aos assentados reconhecidos pelo INCRA, bem como trabalhadores rurais vinculados à FETAG/CONTAG, dentre outros sindicatos e movimentos.

Até a década de 90, as empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural (EMATER) eram as principais responsáveis pela elaboração de projetos de crédito no País. Esses projetos de crédito, embora contemplassem algumas informações referentes à socioeconomia local/municipal e à realidade ambiental, geralmente eram superficiais no que se refere à instrumento de planejamento e desenvolvimento em sentido mais amplo, focando apenas no sistema produtivo a ser financiado e uma análise estática de viabilidade econômica, tornando órfã a questão da complexidade ambiental. O programa assim se apresenta como uma oferta simplista de assistência socioambiental através da atuação dos formados como Agentes Populares em Educação Ambiental.

Esse trabalho investigou sobre as ações do PEAAF, analisando os processos de aprendizagem, destacando como a Educação Ambiental vem sendo apropriada na formação e na prática da agricultura familiar. Ainda analisou-se os contextos da formação e a verificação da concepção de Educação Ambiental utilizada pelos formadores para atingir os objetivos do programa.

Esta pesquisa verificou o direcionamento a cerca da formação dos Agentes Populares de Educação Ambiental na Agricultura Familiar proporcionada pela equipe formadora de Pinheiral-RJ através do Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar

## **1.1 Apresentação**

Esta dissertação está organizada em nove tópicos, onde esse primeiro busca introduzir os conteúdos trabalhados na dissertação.

O segundo tópico traça a trajetória da pesquisadora proporcionando o entendimento de tais questionamentos frente à crise ambiental atual.

No terceiro tópico iniciamos as questões de estudo, onde abordamos os caminhos metodológicos percorridos para a realização desse trabalho, referindo-nos ao tipo de pesquisa, composição de análise documental e objetivos.

O quarto tópico visa a explanação do histórico agrícola do município de Pinheiral-RJ frisando a atuação da agricultura no município.

No quinto tópico fazemos uma alusão a toda trajetória de luta camponesa para conquistar espaço nas políticas públicas brasileiras assim como o surgimento do Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar ao qual discutimos.

O sexto tópico aponta os caminhos e eventos sociais a respeito da questão ambiental e agrária no país, abordando o histórico da Educação Ambiental nacional e sua contribuição na construção de políticas públicas, e a partir de tais questionamentos a orientação seguida.

No sétimo tópico abordamos questões referentes à agricultura familiar, como a valorização do saber camponês e situa a agroecologia e sua importância.

O oitavo tópico traz uma reflexão a partir do processo de formação do curso de agentes populares, onde apresentamos os resultados da pesquisa, analisando os dados levantados através dos instrumentos utilizados, contextualizando esses resultados, apontando as dificuldades encontradas.

No nono tópico apresentamos as considerações finais então necessárias a conclusão da dissertação.

Assim, apresentamos esta dissertação procurando contribuir para elucidação dos processos de educação não-formal com agricultores familiares, que embora seja conceituada como não formal, assim mesmo carrega intencionalidades formativas.

## 2 TRAJETÓRIA DA AUTORA/PESQUISADORA

Chegando à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) em 2009, aos 19 anos, iniciando o Curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas. Ainda em 2009, percebi que as disciplinas obrigatórias eram insuficientes para a discussão e formação da área ambiental em relação a abordagem da agropecuária e mesmo das ciências agrárias, que na sua essência tornaria o conhecimento mais completo e complexo em seus enfoques. Em uma conversa com professores, foi recomendada a participação do Grupo de Estudos em Educação Ambiental, Diversidade e Sustentabilidade (GEPEADS) para aprofundamento das questões socioambientais, por ser um grupo engajado nesta área, além da possibilidade de participar de pesquisas acadêmicas. Durante essa caminhada, cada conceito construído até ali foi reformulado e com os estudos e aprendizagens percebidos frente às questões e às problemáticas ambientais como a formação em seu amplo aspecto é mais do que se podia alcançar, sendo esses temas tão complexos que podem e devem ser reformulados ou revisados todos os dias em busca da compreensão de sua complexidade.

A participação nas reuniões semanais do grupo evoluiu de acordo com a progressão do interesse e envolvimento, onde através do desempenho, conquistei assim uma bolsa de apoio técnico para maior envolvimento e participação efetiva dos projetos. Tal aquisição possibilitou a participação em diversos projetos, interação com os outros integrantes e seus trabalhos, além da materialização das ideias e experiências até ali adquiridas frente à formação cidadã bem como a Educação Ambiental. Já no universo científico, surgiram muitas oportunidades de apresentação de trabalhos em congressos como resumos apresentados em forma de painel e oralmente. Esse conhecimento tão vasto é válido para complementar não só a formação pessoal e construção cidadã a respeito do ambiente onde vivemos e reproduzimos a vida, como também a convivência entre todos os seres habitantes desse organismo que nos dá a vida, Gaia<sup>1</sup>, reforçando o papel de educador e responsabilidades em vista de uma formação de cunho crítico.

Em 2014, foi possível ingressar no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (CAPES/PIBID-LICA) onde foram desenvolvidas atividades com alunos da rede pública do Município de Seropédica visando à aproximação entre as questões agrícolas e ambientais com os alunos do Ensino Fundamental no cotidiano escolar. O projeto com um ano de bolsa culminou em produção de capítulos de livro e algumas participações em eventos.

Através da participação e envolvimento a cerca das problemáticas ambientais, ao caminhar direcionada pela vertente da Educação Ambiental Crítica-Emancipatória difundida pelo grupo onde busca-se a formação de sujeitos completos e complexos no ambiente que está inserido e após a participação do PIBID desenvolvendo atividades em horta escolar, comecei a questionar a formação do agricultor como ferramenta de transformação no campo Brasileiro. Paralelamente a esse questionamento científico, as temáticas pertinentes a essa dissertação foram abordadas em disciplinas da grade curricular do Curso de LICA, como Extensão Rural e Sociedade e Agricultura no Brasil, onde fomentaram cada vez mais pensamentos e idéias. Seguida a esse despertar inquietante passei a buscar cada vez mais conhecimentos sobre a relação entre a Educação Ambiental e a Agricultura Familiar.

Tais questionamentos instigou o aprofundamento a respeito dos questionamentos e pesquisas científicas, quando através de um estudo bibliográfico tomamos conhecimento do

---

<sup>1</sup> Gaia- “Definimos a Terra como Gaia, porque ela se apresenta como uma entidade complexa que abrange a biosfera, a atmosfera, os oceanos e o solo. Na sua totalidade, esses elementos constituem um sistema cibernético ou de realimentação que procura um meio físico e químico ótimo para a vida neste planeta ” (Gaia, 1989, 27). A teoria de Gaia vêm trazendo a tona a questão da extinção humana, de forma que a espécie não consegue se equilibrar com o planeta e vem devastando e poluindo continuamente o habitat. Assim, a teoria acredita que Gaia, como organismo vivo é quem vai se autorregular e autorregenerar.

Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar – PEAAF, no qual percebi que tudo o que tinha sido questionado e contestado poderia ter um norte dimensionado na relação agricultura, meio ambiente e sociedade e seus processos educacionais.

A pesquisa a respeito do programa culminou no projeto de Monografia com o título “Políticas Públicas entre Educação Ambiental e Agroecologia: o PEAAF na construção das sociedades sustentáveis”. Esta, após a apresentação, nos permitiu naquele momento dar continuidade ao processo de investigação sobre os processos educacionais, pedagógicos e a formação feita pelo programa com os agricultores participantes através da EA abordada nas comunidades. Desta feita, busco aqui aprofundar a nova questão de estudo sobre o PEAAF e apresentamos esta pesquisa ao mestrado no PPGA, em 2016.

### 3 METODOLOGIA

A metodologia é o caminho que norteia a pesquisa, pois dentro de uma pesquisa ela vai dizer em formas gerais a busca dos objetivos desta. Para o desenvolvimento da pesquisa foram entrevistados os formadores que atuaram durante o curso e a comunidade que participou se inscrevendo na formação. Nesta parte, estão os métodos, técnicas e instrumentos que foram utilizados para as questões pertinentes ao objeto e objetivos de estudo.

Para a efetivação da pesquisa foi realizada uma revisão teórica sobre o curso do programa oferecido aos formandos em seu direcionamento frente à Educação Ambiental e seu caminho paralelo a educação popular. Atentamos a seus princípios teórico-metodológicos a fim de fornecer subsídios para a interpretação e confrontação das teorias existentes com a realidade encontrada do município de Pinheiral/RJ, único município do Estado do Rio de Janeiro a receber o programa.

#### 3.1 Tipo de Pesquisa

A pesquisa utilizou predominantemente a metodologia qualitativa, pois esta permite a compreensão das relações sociais em suas transformações ou reproduções a partir da inserção do grupo de pesquisa e de sua interpretação da realidade pesquisada. Segundo Rueda (1999, p.496),

La opción por una metodología cualitativa no es arbitraria o fruto de una preferencia casual. Las ciencias humanas y sociales se ven implicadas siempre em procesos de comprensión e intervención de realidades que afectan a la personas, por lo que están obligadas a conocer exhaustivamente el contexto em el que actúan

Atualmente, a metodologia qualitativa é mais utilizada a fim de compreender opiniões, comportamentos e realidade social. A comunidade acadêmica considerou há tempos fortemente as metodologias quantitativas, tendo essa como parâmetro de desenvolvimento científico. Após longo tempo de crise nas pesquisas sociais, a metodologia qualitativa ganhou espaço a fim de abordar o ser humano em sua complexidade.

Dentro da metodologia qualitativa podemos encontrar diversos métodos, mas neste trabalho nos limitamos ao estudo de caso. A metodologia qualitativa é o estudo de caso que, segundo Lüdke e André (1986, p. 17), estudar um caso peculiar. O estudo de caso deve ser aplicado quando o pesquisador tiver o interesse em pesquisar uma situação singular, particular nos lembrando que “o caso é sempre bem delimitado, devendo ter seus contornos claramente definidos no desenvolver do estudo”.

Para o cumprimento dos objetivos assim, todas as etapas foram analisadas a partir de um estudo de caso, no que se refere à análise de um determinado grupo a ser estudado, já que se trata de uma pesquisa de cunho social. Assim entendemos que:

Um estudo de caso pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social. Visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico. O pesquisador não pretende intervir sobre o objeto a ser estudado, mas revelá-lo tal como ele o percebe. O estudo de caso pode decorrer de acordo com uma perspectiva interpretativa, que procura compreender como é o mundo do ponto de vista dos participantes, ou uma perspectiva pragmática, que visa simplesmente apresentar uma perspectiva global, tanto quanto possível completa e coerente, do objeto de estudo do ponto de vista do investigador (FONSECA, 2002, p. 33).

### 3.2 Análise Documental

Em busca de conhecimento e aprofundamento da temática pretendida, toda a referente pesquisa bem como outras modalidades exige uma revisão bibliográfica a fim de investigar a bibliografia especializada. Na pesquisa buscamos, nos autores e obras selecionados, os dados para a produção do conhecimento pretendido (TOZONI-REIS, 2010).

A análise documental foi utilizada nessa pesquisa como complemento aos outros instrumentos de pesquisa, metodológico do estudo de caso possibilitando o entendimento do caminho percorrido na construção da realidade atual da comunidade pesquisada. Foram considerados documentos, todos os registros que de alguma forma possam contribuir para este entendimento tais como: atas de reuniões, programas de cursos, entre outros, pois como afirmam Mazzotti e Gewandsznajder (1998, p.169).

Considera-se como documento qualquer registro escrito que possa ser usado como fonte de informação. Regulamentos, atas de reunião, livros de frequência, relatórios, arquivos, pareceres, etc., podem nos dizer muita coisa sobre os princípios e as normas que regem o comportamento de um grupo e sobre as relações que se estabelecem entre diferentes subgrupos. (...). No caso da educação, livros didáticos, registros escolares, programas de curso, planos de aula, trabalhos de alunos são bastante utilizados.

Neste estudo de caso foram analisados documentos de caráter pedagógico utilizado em sala, como documentos digitais disponíveis na rede do MMA, documentos físicos e dados fornecidos por fontes secundárias como a coordenação da formação em Pinheiral, além de outros. A análise documental foi utilizada nessa pesquisa para possibilitar o entendimento do caminho percorrido na formação da comunidade pesquisada. Foram considerados documentos todos os registros que de alguma forma contribuíssem para este entendimento e que foram oferecidos pelo PEAAF através da equipe do município de Pinheiral.

Utilizamos diversos instrumentos de coleta de dados, dentre eles as entrevistas semiestruturadas, pois estas permitem o pesquisador trabalhar com temas complexos que não seriam bem aprofundados através de questionários, com ela o entrevistado consegue fazer colocações que de forma escrita ficariam prejudicadas. Pois, segundo Mazzotti e Gewandsznajder (1998, p.168):

Por sua natureza interativa, a entrevista permite tratar de temas complexos que dificilmente poderiam ser investigados através de questionários, explorando-os em profundidade.

As entrevistas semi estruturadas foram aplicadas aos formadores que estiveram presentes no momento da inserção das questões ambientais nas atividades, pois a vivência das transformações ocorridas e sua aceitação ou resistência requer um instrumento que permita a percepção da complexidade da situação. Em se tratando de um estudo de caso, não foi utilizado nenhum método estatístico de caráter quantitativo para definição da amostra, mas, um método amostral qualitativo, que possa dar conta da abrangência de variáveis previamente definidas a serem investigadas nas entrevistas e questionários.

Enquanto que a intervenção junto dos agricultores formados no PEAAF, foram utilizados questionários semiabertos com a finalidade de permitir conhecer a percepção /concepção alcançada por eles durante o processo. O Trabalho foi aprovado pelo Comitê de ética (Processo 23083.007833/2018-61 ), sendo aplicado o TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido), documento que foi entregue e assinado anteriormente a aplicação dos instrumentos pelos participantes da pesquisa, o mesmo trata da autorização para participação, descrevendo os objetivos e possíveis riscos aos participantes (anexo 1). Complementando

assim a perspectiva de estudo de caso, que se apresenta três fases em seu desenvolvimento. Ele caracteriza-se da seguinte forma: inicialmente, há a fase exploratória (análise documental); num segundo momento, há a delimitação do estudo e a coleta de dados (entrevistas); e, num terceiro estágio, há a análise sistemática desses dados, culminando na realização do relatório (NISBET E WATT, apud LÜDKE E ANDRÉ, 1986).



Os índios foram expulsos com o processo de expansão da lavoura cafeeira durante a ocupação da serra do Mar e do vale do rio Paraíba do Sul, proporcionado pela Corte, que foi fonte de generosas distribuições de terras e títulos. Dentre os proprietários destas terras, destacaram-se no vale do rio Paraíba, os Moraes, os Monteiro de Barros, os Oliveira Roxo e os Breves, que marcaram história no cenário nacional do café.

Pinheiral pertencia ao município de Piraí até 1997, quando foi emancipado. Os municípios tem origem por volta de 1777, quando foram desbravados através do trânsito pelo rio Paraíba entre Minas Gerais e Rio de Janeiro. O Núcleo primitivo da cidade de Piraí se desenvolveu juntamente a uma capela, a pequena capela de Santana do Piraí, dando nome ao local. Holanda (1984), nos lembra que “a formação das cidades e do Estado não ocorreu independente dos interesses dos proprietários de terras, ao contrário, ela se deu a partir desses interesses, sendo a cidade apenas simples dependência das grandes propriedades rurais”. O Barão de Rio Bonito, José Pereira de Faro, convidou a D. Pedro II para visitar a freguesia, quando sua visita culminou no lançamento da pedra fundamental, inaugurando assim a capela provisória em agosto de 1864. Conforme o local foi progredindo, atraiu desbravadores e inúmeros colonos. A terra foi levada à categoria de Freguesia em 1817, sendo denominada Santana do Piraí, conquistando autonomia através de seu progresso cafeeiro, tornando-se vila em 1837. Em 1874, a vila ganhou foros de cidade e em 1911 chamava-se apenas Piraí. Com a implantação da Estrada de Ferro D. Pedro II, ao final do Séc. XIX, através de terras doadas pelo comendador José de Souza Breves em 1871, a polarização foi transferida para os núcleos vizinhos de Santana de Barra e Barra do Piraí. Em volta da estação ferroviária formou-se uma Vila denominada “Vila Pinheiro”, onde em 1916 criou-se o distrito de Pinheiro subordinado ao município de Piraí, e em 1943 o distrito de Pinheiro passa a denominar-se Pinheiral. Em 1995, através da lei estadual nº 2408, o distrito de Pinheiral é elevado à categoria de município.

Dentre as propriedades do município como a fazenda Três Saltos, Santo Antônio das Palmeiras e Fazenda dos Fortes, a fazenda do Pinheiro era uma notável propriedade da época do Império, sendo descrita com admiração por viajantes e historiadores. Celebrada e notada por todo país como sendo uma das maiores e mais ricas por seus extensos campos cafeeiros, notadamente uma “cópia da escravatura” (BREVESCAFE, 2010). Seu dono Joaquim José de Souza Breve, irmão de José Joaquim de Souza Breve, era denominado o “Rei do Café”. Em 1851, foi construída a fazenda São José do Pinheiro, de propriedade do barão de Piraí, José Gonçalves de Moraes, que a deixou como herança a seu genro, o comendador José Joaquim de Souza Breves. Suas terras eram extensas e iam praticamente de Mangaratiba e Angra dos Reis até Resende no Estado do Rio de Janeiro e, nela trabalhavam cerca de 6.000 escravos em 37 fazendas e 27 chácaras. O Casarão da fazenda ainda é citado por vários escritores por seu palácio imponente, onde havia farmácia, oficinas, capelas, um padre, um médico, um hospital, necrotério, alambique e uma famosa orquestra formada por negros. O governo Federal adquiriu a fazenda em 1891 com uma transcrição em Piraí-RJ, após o falecimento do proprietário sem herdeiros. Oficializando com escritura pública em 28 de março de 1891, lavrada às fls. 85 do livro 64 – Cartório do 7.º Ofício de Notas - Rio de Janeiro, de acordo com Brevescafe, (2010).

As terras adquiridas pelo governo federal posteriormente foram liberadas para moradores e a prefeitura de Piraí, a quem pertencia, com autonomia na posse de seus terrenos e possibilidade de lavrar as escrituras. O autor da lei que favoreceu a liberação das terras foi Dr. Osvaldo da Cunha Fonseca, onde obteve a primeira liberação oficial das terras, pois a área urbana pertencia formalmente ao governo federal.

De acordo com o PINHEIRAL (2012), foi Dr. Osvaldo Fonseca que apresentou em 23/03/1952 o projeto de lei nº 1788 à Câmara dos Deputados solicitando a doação das terras (publicado no Diário Oficial de 27 de março de 1952, pág.2431), mas somente anos mais

tarde o pedido foi concretizado através da Lei nº 3.762, de 25/04/1960, dizendo que “Autoriza o Poder Executivo a doar imóvel do Domínio da União ao Município de Piraí, no Estado do Rio de Janeiro”. Sendo sancionada a lei em 28/04/1960 pelo então Presidente Juscelino Kubitschek e publicada em Diário Oficial da União.

No local foram instalados diversos órgãos públicos através do Governo Federal. Dentre eles um dos mais importantes para a história do Município é o Posto Zootécnico, aberto em 1909 era considerado um cartão de visitas, e em 1910 se tornou a Escola Média de Agricultura. Foi criado nessa instituição um dos primeiros cursos agrícolas de nível médio do país, seguido de um Patronato Agrícola e do Colégio Agrícola Nilo Peçanha (CANP), onde passou por diversas fases até virar um Campus da Universidade Federal Fluminense – Campus Nilo Peçanha.

A Fazenda funcionou normalmente até 1975, com a utilização do posto para a quarentena de animais importados quando foi lentamente desativada. De acordo com o agricultor Repolês<sup>2</sup> em entrevista ao site do Uol<sup>3</sup> (2002), inicialmente as terras foram exploradas pelo pecuarista e grileiro Darci Pires do Nascimento com gado à pasto, passando a ser explorada por posseiros principalmente a partir de 1985. Neste local, 45 famílias começaram a tomar os 600 hectares que estavam inutilizados no Ministério da Agricultura. Ainda, em entrevista ao Uol (2002) Rapolês completa, "Chegamos a pôr aqui dentro 200 famílias. No cadastro de 1998, já tínhamos 216 propriedades e 80 famílias", diz ele. A tentação imobiliária chegou em 1993, quando a Companhia Siderúrgica Nacional foi privatizada, os ex-funcionários gastavam a indenização em casas de campo em bairros nos arredores de Volta Redonda, como em Pinheiral. "A cidade é toda feita em cima de posses. Começou com grileiros", diz Rapolês. O secretário de governo Jorge da Silva Mello confirma nesta entrevista: "Já se fez tanta politicagem por aqui distribuindo terras do governo federal, que a prefeitura não tem mais como regularizar a propriedade". Em 2002, época em que ocorreu a entrevista, Pinheiral tinha pouco mais de 5.000 imóveis, onde apenas cerca de 3.000 pagam IPTU. A cidade inteira mede 81 quilômetros quadrados e, menos da metade, segundo Silva Mello, está regularizada.

Não podemos deixar de salientar que a Fazenda do Pinheiro por ser a maior fazenda de Pinheiral, concentrava assim uma enorme quantidade de escravos, em maioria trazidos da região do Congo-Angola na época do Brasil-Colônia. Os africanos desembarcavam no município de Angra dos Reis na Fazenda Santa Rita do Bracuí, propriedade que também pertencia ao Comendador José de Souza Breves, irmão do “Rei do Café” de acordo com Brevescfe, (2010). Com a morte do comendador, a fazenda é legada aos seus escravos, descritos nominalmente no seu testamento. Após muitas lutas pela manutenção do direito deixado pelo comendador, as terras foram conferidas reafirmando o direito e ressignificando antigas tradições culturais. Hoje a comunidade Santa Rita do Bracuí é reconhecida oficialmente como remanescente de quilombo, nos termos do artigo 68 da Constituição Federal.

Pinheiral possui uma casa de Jongo, situada na rua Bulhões de Carvalho e mantém uma Biblioteca e instrumentos utilizados na dança, sendo sede de festividades e eventos pertencentes a cultura afro. A dança influenciou não só o município, mas é considerada também uma das origens do samba carioca.

---

<sup>2</sup> O assentado José Repolês Teixeira já foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Piraí, dirigente local do MST e vice-presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio de Janeiro. Em 2002, atuava como presidente do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>3</sup> Entrevista com agricultor à Folha de São Paulo - Publicado em 01 de Dezembro de 2002. Retirado de:<<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0112200232.htm>> em abril de 2018.

## 4.1 A Agricultura no Município

Como falado anteriormente, a cultura do café e a pecuária leiteira foram primordiais na história e surgimento do Município. Após a conquista das posses, a maior expressão de agricultura no município era exercida por pequenos produtores. Porém, no espaço de 11 anos ocorreram algumas modificações após a Prefeitura aderir ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar<sup>3</sup> (Pronaf), onde houve incentivo à diversos projetos como eletrificação rural, proteção de nascentes, reflorestamento, implantação do Horto Municipal, fruticultura e agroindústria, segundo PINHEIRAL (2012). Além de fornecer implementos como reboque, arado, grade, sulcador e um caminhão F-4000, que possibilita aos agricultores um preparo mais rápido e eficiente da terra, sem ônus e, conseqüentemente, maior produtividade e produtos mais saudáveis através do Pronaf. A prefeitura teve muitas parcerias significantes para os pequenos produtores, do ponto de vista estrutural, assistencialista etc, como podemos ver a seguir.

PINHEIRAL (2012) demonstra que o município investiu também em projetos para a conservação das estradas rurais, profilaxia de doenças infectocontagiosas e parasitárias, construção de fossas sépticas e estruturação de assistência técnica.

A comunicação entre a prefeitura, através das secretarias, e os agricultores têm se mostrado satisfatória, visto que agem em via de mão dupla. A Coordenadoria de Agricultura fornece sementes de milho, feijão e hortaliças, mudas de árvores frutíferas, ornamentais e silvestres. Em contrapartida, alguns agricultores fornecem parte da produção à rede de escolas municipais, como colaboração à merenda escolar e outras entidades como Hospital, Asilo etc.

Os agricultores produzem principalmente cana-de-açúcar (*Saccharum officinarum*), feijão (*Phaseolus vulgaris*), banana (*Musa acuminata*), quiabo (*Abelmoschus esculentus*), jiló (*Gilo Group*), abóbora (*Curcubita*), milho (*Zea mays*), mandioca (*Manihot esculenta*), couve (*Brassica oleracea*), alface (*Lactuca sativa*), inhame (*Discorea*) e frutas cítricas (*Citrus*). De acordo com o IPEA, em 2014 a produção em proporção do município é 52% de cana-de-açúcar, 26% de feijão, 15% de mandioca, 4% de laranja e 1% de milho. Em pequena escala os produtores comercializam diretamente com o consumidor, através de feiras municipais dentre outros. Há cada vez mais agricultores adeptos a piscicultura (cultura de peixes), que já era exercida há tempos pelo Colégio Agrícola Nilo Peçanha. Com o apoio da EMATER - Rio o município teve incentivo à criação e comercialização de peixes, com o fornecimento de alguns tanques para a criação de tilápias e carpas. Com relação à pecuária, os médios e grandes produtores criam gado bovino, leiteiro e de corte nas seguintes proporções: Leiteiro – 30% do rebanho e de Corte 70% do rebanho. O Colégio Nilo Peçanha (atual Campus Pinheiral do IFRJ) destaca-se pela suinocultura (criação de porcos), a cunicultura (criação de coelhos), e a apicultura (criação de abelhas), a qual apresenta alguns criadores particulares.

A partir de junho de 2009, a Lei nº 11.947 determinou que pelo menos 30% do valor destinado à alimentação escolar brasileira devem ser investidos na compra direta de produtos da agricultura familiar. Neste contexto, foi realizada uma reunião com todos os produtores familiares rurais de Pinheiral, foram levados 20 potenciais produtores. Após avaliação da EMATER foi possível apenas a emissão de 04 DAP's (Declaração de Aptidão do Pronaf), em função do enquadramento no PRONAF. Em 2010, foi lançado a 1ª chamada pública para a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar de Pinheiral para atender as necessidades do programa de Alimentação Escolar. Nesta chamada pública, teve a participação dos produtores rurais de Pinheiral, o Sr. Alvacir da Cruz Ruela

---

<sup>3</sup> O Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) foi criado em 1995 pelo governo federal, com o objetivo de prestar um atendimento diferenciado fortalecendo as atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares e assentados através da modernização do sistema produtivo, atuando por meio de financiamento de atividades e serviços individuais ou coletivos.

vendedor/ produtor de Tangerina e Mandioca e o Sr. César Augusto Ramos Feliciano, filho de Antônio Ramos Feliciano vendedor/ produtor de Banana e Inhame, segundo a Prefeitura de Pinheiral.

Em 2011, a Secretaria de Educação gastou 51,29% dos recursos financeiros com a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, sendo 25,30% desses recursos gastos com os produtores do próprio município, tendo a participação dos produtores rurais, Sr. Alvacir da Cruz Ruela, César Augusto Ramos Feliciano e Valdir Francisco da Silva, de acordo com Pinheiral (2012). Em 2012, existiam 6 produtores rurais habilitados com a DAP com a perspectiva de que todos os produtores participem de chamadas públicas e aumentem suas vendas para a Secretaria de Educação.

## 5 CONQUISTA POPULAR

De forma introdutória, procuramos aqui elucidar o momento político-histórico em que está contextualizada a criação do PEAAF e o PEAAF município Pinheiral, juntamente com os esforços dos movimentos sociais do campo associados à criação e ao processo do município em tela. Seu surgimento é fruto do manifesto popular que ocorreu no ano de 2009, denominado “O Grito da Terra Brasil”, dentre outras manifestações e, nele estavam atuantes grupos organizados e movimentos sociais pela agricultura familiar. Esse manifesto se deu na gestão em que Luiz Inácio Lula da Silva era presidente do país. A explicitação do contexto político deste marco nos auxilia a entender a importância da concretização deste programa.

Podemos perceber durante a trajetória de nosso país que o Brasil, durante o século XX passou por intensas transformações. Caminhando de uma sociedade tradicionalmente agroexportadora no que diz respeito a economia, com produtos como a cana-de-açúcar e o café, chegando a ser a oitava economia do mundo na década de 1980 no cunho industrial. Esse salto, dado graças a um estado desenvolvimentista, despontou uma sociedade urbana, pautada na manutenção conservacionista. Fleury (2006, pg.80) completa trazendo a “capacidade dos dirigentes de usarem o aparato estatal para incluir e cooptar as frações urbanas da classe trabalhadora e da emergente burguesia industrial”, a fim de esclarecer o impacto gerado na população frente os interesses do tradicional setor agroexportador, cujo excedente dependia do projeto de industrialização, teve implicações profundas na manutenção de uma cultura política tão enraizada que distende até a atualidade.

Em 1964, o modelo populista de ativação dos trabalhadores foi eliminado ao ser reprimido juntamente com suas atividades políticas e sua participação na gestão das políticas sociais. Foram surgindo novas formas de organização demonstrando que o país já vislumbrava uma nova estrutura para intermediação de interesses. Assim, o modelo hegemônico do que se entendia por democracia naquela época, afastava-se das origens clássicas, sendo visto como governo dos cidadãos, o que Rousseau nos traz como o ideal igualitário com ideal republicano, tendo a soberania popular como ideário político, que se expressa como vontade geral inalienável e indivisível (BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, 1995).

A democracia representativa teve assim muitos críticos, Hirst (1992) aponta os limites desta como a ausência de mecanismos que assegurassem a prestação de contas, a influência e a possibilidade da participação popular. Acreditava ser o corporativismo a forma de representação social mais palpável para a introdução na classe política de pessoas que não seriam puramente políticos profissionais, tornando assim o processo mais democrático.

O papel ativo dos movimentos sociais na ampliação da questão política e questionamentos acerca da democracia representativa, chama a atenção de diversos autores por sua transformação cultural a fim de representar a diferença como Santos e Avritzer, 2002. Fraser (2001) identifica o que se pode entender como uma reformulação da política de classe, deslocando seu eixo da contestação desde a redistribuição até o reconhecimento das identidades e diferenças, incluindo questões relativas, como gênero, cor, raça etc.

Em 1988, a Constituição Federal reflete uma demanda cidadã inaugurando uma nova institucionalidade democrática, contemplando colegiados e inúmeras instâncias, onde a sociedade e Estado se responsabilizam pela formação, formulação, execução e controle de políticas públicas segundo Tenório e Saraiva (2006), e ainda completa:

“Por tudo isso, entendendo por gestão pública aquelas ações de Estado que são implementadas através dos governos nacionais e subnacionais, em função dos interesses da sociedade (não excluindo o mercado, mas considerando-o uma parte da sociedade). E por gestão social, entendemos aquelas ações do poder público que são implementadas com a participação da sociedade civil. Ou seja, a gestão social é o processo por meio do qual a sociedade contribui à *res pública* através das diferentes

instâncias já existentes no Estado, como é o caso dos conselhos municipais, ou de movimentos sociais que reivindicam direitos, como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)” (pg.126/127).

A simples observação e análise das diversas formas da agricultura familiar (SCHNEIDER, 2006) e da importância da herança camponesa no Brasil rural do século XXI (CARVALHO, 2005) chamam a atenção para um reconhecimento pelas políticas públicas de situações e de sistemas de produção diferenciados. O leque desses modos de produção vai da agricultura de subsistência até a pequena empresa familiar diversificada, passando por diversas situações intermediárias, por exemplo: a dominante camponesa, ou, ao contrário, as mais integradas ao mercado, ou, ainda, aquelas marcadas pela importância oculta da pluriatividade (SCHNEIDER, 2003).

O Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar (PEAAF) foi a concretização da busca de movimentos sociais pela valorização desses camponeses. A demanda popular dos agricultores familiares se reuniu através da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais na Agricultura (CONTAG). A Contag é um sindicato, que por si confere legitimidade jurídica e institucional para defender os trabalhadores e trabalhadoras rurais e os seus interesses.

O Grito da Terra Brasil trata-se de um evento do movimento sindical do campo promovido pela Contag e apoiada pelas Federações das Associações dos Lavradores dos Estados (Fetags) e pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs). A primeira mobilização, segundo a Confederação foi organizada em 1995 e conquistou um alto valor em linhas de crédito para a agricultura familiar. As Fetags organizam os Gritos da Terra Estaduais, negociando com o governo Estadual, e a Contag organiza o encontro anual que ocorre em Brasília. Esse evento possibilitou importantes conquistas para os trabalhadores rurais, como o Pronaf. A pauta reivindicada no movimento o Grito da Terra Brasil é extensa e reúne dentre outras reivindicações, pautas relativas às políticas agrícolas (assistência técnica, crédito), à reforma agrária (desapropriação de terras e criação e manutenção de assentamentos), às questões salariais (cumprimento e ampliação das leis trabalhistas) e às políticas sociais (saúde, previdência, educação e assistência social). A mobilização também defende os interesses culturais como o direito das mulheres trabalhadoras rurais e da juventude rural.

O Grupo de Trabalho (GTB) de 2009 em sua 15ª Edição apresentou uma pauta com 203 reivindicações. A Comissão de Negociação do GTB 2009 participou de 52 audiências envolvendo mais de 30 órgãos do governo no período de 13 a 27 de maio, negociando 14 ministros e vários secretários executivos e assessores presidenciais. O contingente de 5 mil trabalhadores rurais promoveu passeatas na Esplanada dos Ministérios em atos públicos em frente ao Congresso Nacional e aos Ministérios do Desenvolvimento Agrário, do Meio Ambiente, da Saúde e do Planejamento.

O governo federal atendeu às reivindicações do movimento Grito da Terra Brasil (GTB) 2009, sendo as medidas aceitas após a serem entregues aos dirigentes da Contag e das Fetags pelos ministros da Secretaria-Geral da Presidência da República, Luiz Dulci, do Desenvolvimento Agrário (MDA), Guilherme Cassel, e do Meio Ambiente, Carlos Minc. A ministra da Casa Civil Dilma Roussef, representou o presidente Lula da Silva na audiência. Dentre os pontos que foram concedidos, os de maior importância foram a política agrícola e meio ambiente, com exceção da reforma agrária. Foi conquistado o compromisso com o governo federal de garantir tratamento diferenciado para a agricultura familiar na legislação ambiental. Foi acordado uma elaboração conjunta com o Ministério do Meio Ambiente, considerando o intuito de mudar o Código Florestal Brasileiro e outras legislações complementares, juntamente com um Projeto de lei elaborado pelo presidente para remunerar a prestação de serviços ambientais. A pauta Política também foi concedida, com o aumento de

subsídio nos Programas de financiamento rural como Plano Safra e Pronaf.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e as demais secretarias do até então ativo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), são responsáveis pela execução dos programas de reforma agrária, crédito agrícola e fundiário, assistência técnica, e várias outras políticas públicas fundamentais para a agricultura familiar. A intenção do MDA é promover um desenvolvimento territorial a partir de práticas de democracia participativa que implicam a participação de todos os setores envolvidos na elaboração e apropriação de um projeto comum, formalizado num plano. Tal ministério foi extinto em 2016, e adicionado como pasta ao Ministério do Desenvolvimento Social Agrário, retrocedendo as conquistas da agricultura familiar ao longo de décadas e governos anteriores entre fim da década de 1990 a 2015. O MDA era considerado um modelo mundial sobre o tema e as políticas integradas entre agricultura e desenvolvimento rural/agrário.

O manifesto foi decisivo para aprovação, no Senado Federal, da Medida Provisória que determina a compra de alimentos para merenda escolar de, no mínimo, 30% de agricultores e agricultoras familiares. O projeto, conhecido como MP da Merenda Escolar, abrindo mercado para a agricultura familiar e beneficiando cerca de 69 mil famílias.

Até então a Ministra Dilma Rousseff teve uma impactante fala durante a reunião já citada, salientando que “As reivindicações apresentadas pela Contag tem tudo a ver com o que queremos para o Brasil. As políticas públicas do governo Lula para os agricultores familiares é um caminho sem volta. Estamos mudando a cara do campo”, sendo a fala registrada pelo jornal do sindicato. Outra postura marcante foi a do Ministro da gestão Carlos Minc, ao considerar o evento um marco histórico para “selar uma aliança entre a agricultura familiar e os ambientalistas”. Criticou o agronegócio e garantiu que os agricultores familiares recebessem tratamento diferenciado na nova legislação ambiental. A postura de pronunciamento público do Ministro foi considerada corajosa pelos sindicalistas ao defender a conciliação de interesses entre a produção da agricultura familiar e a preservação ambiental.

O Código Florestal foi mais uma temática que configurou um histórico embate entre a bancada ruralista e ambientalista. O Novo Código Florestal Brasileiro de Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, é oriundo da Lei nº 1.876/99 sendo muito ansiado. Nele estão dispostas as regras sobre proteção da vegetação nativa brasileira. O projeto atual é resultante de um debate de 12 anos, sua aprovação foi comemorada pela bancada ruralista frente ao agronegócio e agricultura patronal, que são a hegemonia do Congresso Nacional.

Dentre os pontos mais polêmicos debatidos, estão, a saber: a busca dos parlamentares ruralistas na redução das faixas mínimas de preservação previstas pelas APPs (Áreas de Preservação Permanente); a concessão para utilizar determinadas culturas em morros (o que é vedado pelas APPs); a solicitação da bancada de redução das áreas de Reserva Legal (RL); já os ambientalistas questionam a suspensão das multas por desmatamentos ocorridos antes de 22 de julho de 2008, cuja nova lei permite desde que o responsável assine o PRA com o órgão ambiental. Tal bancada ruralista é hegemônica no parlamento.

A Bancada Ruralista do governo sempre transpareceu sua forma obscura ao manobrar visivelmente a flexibilização das regras ambientais para que fossem aplicadas de forma indiscriminada a todas as propriedades agropecuárias, beneficiando em larga escala grandes produtores, exportadores em massa, com grandes passivos ambientais. A ONG Repórter Brasil nos lembra que:

O setor ruralista, réu majoritário em todas as categorias de processos por crimes ambientais, proponente de medidas polêmicas, como perdão a infratores que desrespeitaram a legislação ambiental vigente, ou a diminuição das áreas de vegetação nativa sob diferentes formas de proteção, acabou invocando a agricultura familiar como principal “vítima” das dificuldades de produção supostamente advindas de regras de proteção ambiental (Repórter Brasil, 2011).

O Programa de Educação Ambiental e Agricultura familiar se desenvolveu pela política pública na área da Educação Ambiental através de desdobramentos da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) um esforço à contrapor tal hegemonia. A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) foi instituída pela Lei Nº 9795, de 27 de abril de 1999, com a finalidade de implementar o art. 225 da Constituição, que diz respeito ao papel da educação ambiental como dever do Poder Público e da sociedade. O PNEA é resultado da discussão derivada da Rio-92, nele fica registrado dizer que “todos tem direito a educação ambiental”. A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento ocorreu no Rio de Janeiro em 1992, sendo também chamado de Eco-92 ou Cúpula da Terra, este evento será discutido mais adiante no tópico 6 (Caminhos e Eventos Sociais) deste texto.

Davi Montenegro, do coletivo de produção do MST- Bahia (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) falou sobre a importância dos governos petistas para o desenvolvimento e valorização da agricultura familiar em entrevista ao site institucional do Partido dos Trabalhadores: “Dilma e Lula entendiam a agricultura familiar como algo estruturante do desenvolvimento do Brasil principalmente no interior. Eles construíram um conjunto de políticas públicas que permitiram que a agricultura familiar tivesse uma viabilidade econômica”.

O mesmo governo que idealizou o programa aqui relatado criou diversos programas que fomentaram e fomentam a agricultura familiar. Incentivou a produção e venda de alimentos com reconhecimento da Organização das Nações Unidas (ONU) de modelo em políticas de segurança e soberania alimentar através desses programas, e que dentre outros como Bolsa Família e Fome Zero possibilitaram a saída do país do mapa da fome. O PNAE, também conhecido como programa da merenda escolar, é a maior política de alimentação gratuita do país. Ele repassa verba do Governo Federal para municípios, estados e escolas federais para a alimentação escolar e incentivo de ações que promovem a educação alimentar e nutricional. O programa foi criado em 1997, mas em 2009 foi definido que 30% da merenda escolar deveria ser da produção de alimentos da agricultura familiar. O Pronaf, consolidado nesta gestão, também é um programa que beneficia as famílias do campo, ele oferece financiamento a juros quase inexistentes para pequenos agricultores familiares que queiram investir na produção. Apesar de todas as lutas, mesmo com o alcance de mais investimentos, diversas avaliações reconhecem que o Pronaf, sob a forma de crédito individual ou de subvenção para equipamentos coletivos, sempre beneficiou sobretudo os agricultores familiares mais dotados de capital e melhor articulados com a rede bancária, essencialmente nos Estados do Sul (ABRAMOVAY & VEIGA, 1999; ABRAMOVAY & PIKETTY, 2005; CARNEIRO, 1997; IBASE, 1999). O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), ou Compra Direta, também teve grande importância, onde prevê a compra de alimentos da agricultura familiar e a sua doação as entidades socioassistenciais que atendam pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

A expectativa dos movimentos sociais não foi alcançada em sua totalidade, mas se faz necessário o reconhecimento que dentre os governos a gestão Petista foi uma das que mais abriu diálogo com os camponeses, sendo um governo que se mostrou receptivo as reivindicações em apoio à agricultura familiar e ao desenvolvimento rural territorial. Tal apoio frutifica até os dias atuais, beneficiando milhares de famílias do campo brasileiro.

## **5.1 Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar**

O PEAAF é desenvolvido pelo Departamento de Educação Ambiental da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do Ministério do Meio Ambiente - DEA/SAIC/MMA propondo o fortalecimento da Agricultura Familiar através da reflexão por meio da Educação Ambiental.

Para o programa atender seus objetivos, possui diversas linhas de ação. De acordo com MMA (2015), a Linha 1- Busca articulação com órgãos, políticas, planos e programas federais para consolidar parcerias afim de fortalecer outras políticas públicas em prol da agricultura familiar e produção agroecológica. A Linha 2 - Busca apoio à elaboração e implementação de ações nos estados e territórios, direcionando trabalhar com Órgãos Estaduais de Meio Ambiente e outras organizações governamentais ou não governamentais envolvidas com temáticas socioambientais nos estados. A Linha 3- Busca Apoio a processos educativos presenciais e a distância e territórios e objetiva

“apoiar o desenvolvimento de processos educacionais críticos e dialógicos nos estados e territórios, como a realização de cursos, seminários, oficinas, atividades de campo etc, colaborando com iniciativas que complementem a implementação e aperfeiçoamento do Programa. O Programa conta com o Ambiente Virtual de Aprendizagem do Ministério do Meio Ambiente (<http://ava.mma.gov.br/>), onde são disponibilizados conteúdos e metodologias para serem utilizados em formações presenciais e à distância relacionadas à educação ambiental e agricultura familiar pelas instituições públicas e organizações da sociedade civil parceiras.” (MMA, 2015).

A Linha 4 - Busca o Fomento de projetos em Educação Ambiental na Agricultura Familiar, direcionado ao financiamento de projetos que estejam de acordo com os objetivos deste programa, contendo assim “ações de formação, capacitação, comunicação e mobilização social para a mediação de interesses e conflitos socioambientais, o estímulo ao exercício da cidadania ambiental e à garantia do direito ao meio ambiente saudável” (MMA, 2015). A Linha 5 - Busca Comunicação em EA para a AF e visa à produção de material técnico físico e digital para distribuição gratuita.

A pesquisa desenvolvida contribuiu para que nesta dissertação se apresente uma análise da formação configurada na Linha 3 de atuação do PEAAF. Através da linha de atuação da EA, o programa propõe desenvolver ações educativas que busquem a “construção coletiva de estratégias para o enfrentamento da problemática socioambiental rural” (MMA, 2009), para o “fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social”, pautada na Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA).

Desenvolvendo-se assim em diversos estados, municípios e territórios do Brasil, buscando uma articulação a fim de enfrentar as problemáticas socioambientais na agricultura familiar. Para alcançar tais objetivos, o programa vem atuando com base nos princípios da EA pautada como política pública, contemplada assim pelo PNEA (como citado no tópico anterior).

Assim foi articulado entre órgãos públicos, entidades governamentais e organizações da sociedade civil, os processos de formação. Em 2012, iniciou a implementação das formações do programa nos estados e territórios através da organização de oficinas e planejamento visando à construção de estratégias para o desenvolvimento prático do programa.

As ações iniciaram no final de 2012 na Bahia. Em 2013, teve-se a realização de oficinas no Amazonas, Acre, Mato Grosso, Tocantins, Pará, no território do Alto Paraopeba (MG) e no município de São José dos Campos (SP), onde foram contratadas consultoras que subsidiaram metodologicamente os estados e territórios a fim de sistematizar os resultados das oficinas. Teve continuidade em 2014 e 2015 com a contratação de novas consultorias que elaboraram um panorama socioambiental onde apoiaram a elaboração de Planos de Ação para implementação do PEAAF.

Em 2015, o PEAAF se expandiu para novos lugares. As consultorias ocorreram no Ceará, Rondônia, Território do Meio Oeste Contestado (SC), Pernambuco e Piauí.

Em 2016, o Departamento de Educação Ambiental atuou junto ao Instituto Chico

Mendes de Conservação da Biodiversidade e a Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural do MMA na elaboração de projetos político pedagógicos em duas Unidades de Conservação na Amazônia: na Floresta Nacional de Tefé (AM) e na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã-Baquiá (PA).

O Município de Pinheiral-RJ participou da chamada pública onde se inscreveu para o curso “Apoio à Implementação do Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar (PEAAF) nos Territórios”. Abriram assim de forma on-line uma convocação com o objetivo de capacitar agentes políticos e representantes da sociedade civil para o desenvolvimento de políticas públicas, programas e projetos de educação ambiental no contexto da agricultura familiar em seus municípios para apoiar a implementação do programa. Onde foram desenvolvidas atividades que

“visam orientar o processo de implementação do Programa. Organizadas de forma participativa e articulada com diferentes órgãos federais, estaduais, municipais, movimentos do campo e de educadores e organizações da agricultura familiar com atuação local e interface com a temática socioambiental no meio rural, tais oficinas agregam subsídios para elaboração de um Projeto Político Pedagógico de educação ambiental para a agricultura familiar e para a formação de grupos gestores do Programa nos estados e territórios” (MMA, 2015).

Em contrapartida era necessário possuir experiência na área e ter apoio da instituição onde atua, no caso da Secretaria de Meio Ambiente de Pinheiral, a fim de realizar o diagnóstico socioambiental de seu território e trabalhar estratégias pedagógicas após a esta formação. A equipe retornou com a inscrição, enviando o material e dados necessários a participação, sendo selecionada para a formação.

O município disponibilizou assim, em Março de 2016, um curso semi-presencial com 70 vagas para agricultores com duração de 180h.

O Programa age em contrapartida a tendência da globalização. De acordo com o MMA (2012), o PEAAF tem como objetivos:

- I - contribuir para o desenvolvimento rural sustentável;
- II - apoiar a regularização ambiental das propriedades rurais do país, no âmbito da agricultura familiar;
- III - fomentar processos educacionais críticos e participativos que promovam a formação, capacitação, comunicação e mobilização social;
- IV - promover a agroecologia e as práticas produtivas sustentáveis.

Assim, a formação da comunidade dever-se-á realizar-se por meio da identidade do ser ecológico em respeito ao ambiente onde se está inserido, com o cuidado que Leonardo Boff retrata “o ser humano é parte e parcela da natureza e entretém com ela uma sofisticada rede de relações fazendo com que ele copilote o processo de evolução junto com as forças diretivas da terra” (1999, p.38), juntamente com a formação do sujeito ecológico trazido por Isabel de Carvalho (2005, pg. 08), ao destacar que:

Desta forma, pode-se definir o sujeito ecológico... enquanto uma identidade narrativa ambientalmente orientada, o sujeito ecológico seria aquele tipo ideal capaz de encarnar os dilemas societários, éticos e estéticos configurados pela crise societária em projeto de sociedade socialmente emancipada e ambientalmente sustentável.

## 6 CAMINHOS E EVENTOS SOCIAIS

Podemos perceber os esforços de pesquisadores e estudiosos na área ambiental ao nos alertar sobre a dimensão das problemáticas ambientais e seu impacto em nossas vidas. Buscaremos aqui estabelecer brevemente o caminho que a Educação Ambiental trilhou, abordando os momentos mais importantes dessa caminhada.

O primeiro marco na história da Educação Ambiental está retratado no livro *Primavera Silenciosa* da jornalista americana Rachel Carson, publicado em 1962. Nele, a escritora fez um levante de denúncias sobre a falta de atenção e os efeitos danosos da ação do homem sobre o meio ambiente. Até metade do século passado – recursos naturais considerados infinitos, após II Guerra - começamos a sentir os efeitos da desastrosa atividade humana. O livro é um clássico na história do movimento ambientalista mundial, que se tratava da perda da qualidade de vida produzida pelo alto uso e indiscriminado de produtos químicos, relatando os efeitos dessa utilização sobre os recursos ambientais.

Outro marco é o Clube de Roma, fundado em 1968. Em 1972, o coletivo de países ricos economicamente baseou-se em estudos sobre crescimento demográfico e exploração de recursos naturais, denunciando um atentado a humanidade, ficando muito conhecido ao publicar o relatório intitulado “Os limites do crescimento”. Os trinta intelectuais construíram tal documento que condenava a busca do crescimento econômico dos países a qualquer custo, entendendo que o modelo de crescimento humano precisava ser revisto.

Mesmo após as questões ambientais serem discutidas pelos movimentos ecológicos e a educação a cerca das problemáticas ambientais já fossem praticadas, a expressão Educação Ambiental foi utilizada pela primeira vez em 1965 na Conferência de Educação da Universidade de Keele, no Reino Unido.

Sete anos depois, em 1972, foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano em Estocolmo, com a elaboração de um documento chamado Declaração de Estocolmo. Nele encontramos 26 princípios, dentre os quais destacamos o princípio 19, que estabelece a importância da educação para solucionar problemas ambientais:

Princípio 19 - É indispensável um trabalho de educação em questões ambientais, visando tanto às gerações jovens como os adultos, dispensando a devida atenção ao setor das populações menos privilegiadas, para assentar as bases de uma opinião pública, bem informada e de uma conduta responsável dos indivíduos, das empresas e das comunidades, inspirada no sentido de sua responsabilidade, relativamente à proteção e melhoramento do meio ambiente, em toda a sua dimensão humana (DECLARAÇÃO DE ESTOCOLMO).

Esse documento possibilitou a discussão formal da Educação Ambiental em esfera mundial, elevando a Educação Ambiental, cabendo à Organização para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) a responsabilidade de construírem um Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA).

O PIEA foi discutido em 1975, durante o Encontro Internacional de Educação Ambiental, realizado em Belgrado e organizado pela UNESCO. Nesse evento foi elaborado um documento histórico conhecido como Carta de Belgrado. Podemos observar nesse documento a interpretação da Educação Ambiental como responsável pela formação de indivíduos capazes de participar crítica e autonomamente para a construção da sustentabilidade socioambiental. A valorização e a preocupação com as contribuições da área educacional, podem ser percebidas ao observarmos o seguinte trecho do documento:

A reforma dos processos e sistemas educacionais é decisiva para a elaboração desta nova ética de desenvolvimento e de ordem econômica mundial. Governos e formuladores de políticas podem ordenar mudanças e novas abordagens para o

desenvolvimento, podem começar a melhorar as condições de convívio do mundo, mas tudo isso não passa de soluções de curto prazo, a menos que a juventude mundial receba um novo tipo de educação. Esta implicará um novo e produtivo relacionamento entre estudantes e professores, entre escolas e comunidades, e entre o sistema educacional e a sociedade em geral (A CARTA DE BELGRADO, 1957).

No que diz respeito à educação formal, a interdisciplinaridade é apontada como abordagem preferencial, visto que o assunto deve interessar a todas as áreas, e as dicotomias encontradas na educação tradicional se tornam entraves a temas complexos. O texto desse documento ainda se encontra muito atual, conquanto diversos de seus objetivos ainda não foram alcançados, devido aos interesses divergentes entre líderes das nações desenvolvidas e em desenvolvimento.

Em 1977 ocorreu a I Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental realizada em Tbilis, Geórgia, marcando as políticas ambientais em todo o mundo. Nesse encontro foram definidos objetivos, princípios, estratégias e recomendações para o desenvolvimento da educação ambiental a serem utilizados mundialmente. Dentre as estratégias estabelecidas para alcançar resultados satisfatórios destacamos o treinamento de professores, o desenvolvimento de materiais educativos, pesquisa de novos métodos e disseminação de informações sobre as questões ambientais a serem praticadas em todo o mundo.

A educação ambiental no Brasil passou e vem passando muitos percalços para seu desenvolvimento e aplicação, não sendo uma atividade recente. A EA foi formalmente instituída, no Brasil, pela Lei Federal de nº 6.938, onde sancionou em 31 de agosto de 1981, a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA). Sendo essa lei um marco histórico na defesa da qualidade ambiental brasileira.

A transformação da problemática ambiental numa questão política de grande relevância durante a década de 80 proporcionou a educação ambiental um crescimento significativo devido a própria estratégia de desenvolvimento. Na época do “milagre econômico” – Década de 1970 - a problemática ambiental não era popularmente difundida, pois a ideia de que “a poluição é o preço que se paga pelo progresso” auxiliou o esquecimento a respeito destas questões.

Na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), oficialmente denominada de Conferência de Cúpula da Terra, reuniram-se chefes de Estado e cerca de 182 países. Sendo sediada no Rio Janeiro, motivo pela qual também ficou conhecida por Rio-92, baseou discussões e debates gerando um documento contendo princípios e diretrizes gerais para o desenvolvimento de trabalhos na área do Meio Ambiente. O documento ficou conhecido como “Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global- TEASS”. Foi aprovada também nesse evento a Agenda 21, que reúne propostas de ação para os países e os povos em geral, como estratégias para que essas ações possam ser cumpridas. Tornando-se também um marco político segundo CARVALHO (2002).

A Carta da Terra é resultado do diálogo estabelecido em 2000, onde seu projeto foi iniciado pelas Nações Unidas, mas se desenvolveu e foi finalizado em diálogo com a sociedade civil. Dessa forma a adoção dos pressupostos da declaração da Carta da Terra pelos educadores ambientais ocorre a fim de remediar tais problemáticas, sendo uma declaração de princípios éticos fundamentais para a construção, no século XXI, de uma sociedade global justa, sustentável e pacífica. Carvalho (2002) mostra os princípios da *Carta da Terra*, sendo um deles o que recomenda que a EA deva integrar conhecimentos, aptidões, valores, atitudes e ações, convertendo cada oportunidade em experiências.

Uma das perspectivas constituinte do desenvolvimento sustentável se refere a valorização dos potenciais locais, seja relacionado ao meio físico se tratando de aproveitar

recursos paisagísticos (turismo rural, por exemplo), ou do ponto de vista cultural, por meio da valorização de uma herança cultural típica regional. Os agroecossistemas familiares em sua complexidade são compatíveis com os princípios do desenvolvimento sustentável.

A visão desenvolvimentista, capitalista que esgota os recursos ambientais ao exaurir o sistema visando apenas lucro nos patronais agrícolas traz grandes prejuízos ambientais até os dias atuais. Tal visão exploratória passou a ser reformulada a partir da década de 80, onde através do processo de redemocratização do país uma realidade diferente emerge e retoma as organizações. Ao mudar sua forma de atuação, a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais – CONTAG trabalhando em conjunto com outros grupos organizados como o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), os grupos que reúnem seringueiros e outros que integram os chamados povos da floresta, ganham visibilidade abrindo o foco de atuação ao participar mais ativamente de congressos e manifestações. Essas ações emergiu a persistência dos camponeses frente aos patronais. Esses grupos assim organizados pressionaram o Estado solicitando políticas públicas que os incluíssem em processos de desenvolvimento do país, onde observou-se uma reinserção da reforma agrária na agenda política da Década de 90 resultando no Pronaf, que abriu portas para políticas públicas na agricultura familiar.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf surgiu em 1996 no governo de Fernando Henrique Cardoso e abriu inúmeras portas para conquistas cada vez maiores para o financiamento e organização da agricultura familiar, inclusive integrada ao desenvolvimento local. O Pronaf é muito conhecido como o programa que fornece crédito aos agricultores, através dele os agricultores tem assistência técnica pelo seu sub-programa de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER. Esse objetiva reforçar as atividades exercidas pelo agricultor financiando o desenvolvimento do estabelecimento afim de melhorar a qualidade de vida no meio rural mirando o desenvolvimento sustentável.

A importância da Agricultura Familiar é tal, que durante a 72ª Assembléia Geral da ONU em 2015, proclamou-se a Década para a Agricultura Familiar 2019-2028, com o objetivo principal de promover melhores políticas públicas de agricultura e propor uma oportunidade única para contribuir com a erradicação da fome e da pobreza. O documento da Resolução da Década da Agricultura Familiar foi proposto por um grupo de 14 países, liderados pela Costa Rica, co-patrocinado por 104 nações e aprovado por unanimidade pela Assembléia Geral. A partir de agora, um plano de ação será apresentado à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), o órgão da ONU para alimentação e agricultura, e aos governos. A FAO atua como fórum de negociação para debater políticas e impulsionar iniciativas ligadas à erradicação da fome e da insegurança alimentar, incentivando assim a agricultura familiar visto seu perfil de simbiose com os agroecossistemas. Apóia assim a formulação e a execução de políticas e projetos de assistência técnica frente as áreas alimentar e agrícola, incluindo todas as atividades primárias (agricultura, pecuária, extrativismo, pesca, outros).

Outra política de grande importância para o agricultor familiar é a atuação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Sendo criada na década de 70, pelo decreto nº 1 110, de 9 de julho de 1970 com o objetivo de contribuir para a reforma agrária respeitando as regiões e seus biomas. Buscando a equidade ambiental, recuperando a infraestrutura em busca do desenvolvimento sustentável.

A educação do campo é fortalecida também por políticas públicas como o PROCAMPO e o PRONACAMPO. Elas surgem com o objetivo de garantir a educação básica em comunidades rurais, sendo políticas públicas atuantes no âmbito da educação formal. Bem como o PEAAF, esses programas são oriundos da mobilização das organizações e movimentos sociais. Criado em 2007, através do Ministério da Educação, pela iniciativa da

então Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECADO, o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo) tem como objetivo apoiar a implementação de cursos regulares de Licenciatura em Educação do Campo nas instituições públicas de ensino superior de todo o país, voltados especificamente para a formação de educadores para a docência nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio nas escolas rurais. Tendo como sua missão assim, promover a formação dos professores da rede pública no ensino superior, e de educadores que atuam em experiências alternativas em educação do campo, proporcionando uma expansão na oferta da educação básica de qualidade em áreas rurais, fortalecendo as Licenciaturas em Educação do Campo.

O Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo) foi criado pelo Decreto nº 7.352 e instituído por meio da Portaria nº 86, de 1º de fevereiro de 2013, foi lançado em Março de 2012 pela presidente Dilma Rousseff, a fim de oferecer apoio financeiro e técnico para possibilitar a viabilização de políticas públicas no campo. Constituindo uma articulação necessária à melhoria do ensino nas redes presentes juntamente com a formação dos professores, produção de material didático, viabilização de recuperação da infraestrutura e fortalecimento na qualidade da educação no campo em todas as etapas e modalidades. O Programa direciona assim seu incentivo em 4 pilares: Gestão e Práticas Pedagógicas, Formação de Professores, Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional e Tecnológica, e Infraestrutura Física e Tecnológica.

Uma política que também reforça o caminho trilhado pelo PEAAF é o PLANAPO - Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Objetivando ampliar e efetivar as ações em prol ao desenvolvimento rural sustentável, articulando e implementando a transição agroecológicas para produção orgânica de base ecológicas dos agricultores assim como o programa aqui descrito. Conhecido também como Brasil Ecológico, o PLANAPO teve sua primeira edição abrangendo o período de 2013 a 2015 ofertando auxiliando na promoção do consumo de alimentos saudáveis e do uso sustentável dos recursos naturais. Este programa enxerga no PEAAF a consolidação dos esforços do Governo Federal para a criação de políticas Públicas que impulsionam apoiando a agroecologia e a produção orgânica. Assim como o PEAAF o PLANAPO foi elaborado de forma participativa com a sociedade, onde possuiu inicialmente 14 metas distribuídas em quatro eixos: produção, recursos naturais, conhecimento e comercialização e consumo. Dentre elas podemos identificar algumas metas e eixos semelhantes que contribuem para a formação de agentes populares e o incentivo a agricultura sustentável. O PLANAPO publicou sua segunda edição em versão ajustada e atualizada compreendendo o período de 2016-2019. Com a reformulação o programa passou a articular dez ministérios juntamente com suas unidades setoriais e entidades vinculadas fortalecendo a transição agroecológica e produção orgânica de base agroecológica. As 185 iniciativas do texto foram distribuídas em 29 metas organizadas em seis eixos principais: produção, uso e conservação de recursos naturais, conhecimento, comercialização e consumo, terra e território, e sociobiodiversidade. Este programa conquistou a premiação prata no Future Policy Award ("Prêmio de Políticas para o Futuro"), na edição de 2018 onde premiou as melhores políticas do mundo no apoio à ampliação de abordagens agroecológicas tamanha sua importância no cenário agrícola.

## **6.1 Educação Ambiental no Brasil e sua Contribuição para as Políticas Públicas**

Inicialmente no Brasil, a Educação Ambiental surgiu de forma tímida na década de 1970. Por ter nascido a partir do movimento ecológico, foi vinculada à área de meio ambiente e não a da educação, o que promoveu uma Educação Ambiental desvinculada dos problemas socioambientais, e direcionada para o tecnicismo dos movimentos preservacionistas ou

conservacionistas. Este desenvolvimento refletiu o momento histórico que passava o país, onde as decisões eram tomadas à margem da sociedade. Vale lembrar que nesse período se deu a criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA) criada através do Decreto nº 73.030 em 30 de outubro de 1973. De acordo com este decreto, no seu capítulo 4, item i, uma das funções da SEMA era:

- i) promover, intensamente, através de programas em escala nacional, o esclarecimento e a educação do povo brasileiro para o uso adequado dos recursos naturais, tendo em vista a conservação do meio ambiente.

Apesar de esta Lei ter sido elaborada sem a participação social, demonstrando seu caráter explicitamente conservacionista, ela não perde sua importância para o desenvolvimento da Educação Ambiental no Brasil, pois é pioneira em direção a institucionalização. Não podemos deixar de frisar ainda a promulgação da Lei 6.938 de 31 de agosto de 1981, que em seu Art. 2º, princípio X estabelece: “Educação Ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente”. A Lei 6.938/81 foi reforçada pela Constituição Federal de 1988 que em seu Capítulo VI, Art. 25, parágrafo 1º, item VI nos diz que incumbe ao poder público: “promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”.

Em 1994 foi criado o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA), com formação interministerial e tendo como uma de suas sete linhas de ação a Educação Ambiental por meio do ensino formal.

Finalmente, em 27 de abril de 1999 foi sancionada a Lei 9.795 que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), a reconhecendo como parte de um processo educativo amplo, que visa construir valores sociais para melhoria da qualidade de vida, tendo para isso um caráter permanente e dinâmico. Percebemos nessa lei a interpretação do meio ambiente integrado em suas faces natural, socioeconômico e cultural, além da necessidade da articulação das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais, apontando para uma mudança do caráter estritamente conservacionista para um que percebe as interfaces do meio ambiente.

O Decreto nº 4.281 de 25 de Junho de 2002, regulamenta esta lei e cria o Órgão Gestor em atendimento ao seu Art. 14, este Órgão Gestor fica responsável pela coordenação do PNEA e é formado pelos Ministérios da Educação e do Meio Ambiente.

Segundo o art. 5º da Lei Nº 9795, os objetivos fundamentais da educação ambiental são:

- I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;
- II - a garantia de democratização das informações ambientais;
- III - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;
- IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;
- V - o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;
- VI - o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;
- VII - o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.

O surgimento do Programa de Educação Ambiental e Agricultura familiar só foi possível pois, o PNEA, com a finalidade de implementar o art. 225 da Constituição, que diz respeito ao papel da educação ambiental como dever do Poder Público e da sociedade, alçou caminhos grandiosos frente ao poder público à questão ambiental. Dentre seus objetivos fundamentais, o PNEA apoia “o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente”, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania.

Todos estes marcos legais nacionais ocorreram em função da mobilização popular, sendo uma tentativa de responder as pressões sociais planetárias e políticas, que motivaram a realização de diversos eventos locais, regionais e nacionais. Atualmente a educação ambiental é discutida de forma mais popular visto a visibilidade que às questões ambientais vêm alcançando através da divulgação de tais eventos.

## **6.2 Educação Ambiental e a Lente Escolhida**

As faces em que a Educação Ambiental se coloca são inúmeras e perpassam ideias e características semelhantes. A discussão de diferentes concepções acerca do conceito de natureza busca desmistificar o senso comum desta, como dádiva, algo externo ao ser humano. Não pretendemos aqui esgotar o tema, visto sua extensão e possibilidade de diversas interpretações. Assim tendemos aqui elucidar de forma simples, rascunhando a essência das expressivas faces da EA.

Analisando-se as correntes (abordagens) de forma distinta na finalidade de caracterizá-las. Se diferenciam principalmente no tocante das matrizes político-pedagógicas, socioeducativas, sua função social, seus objetivos, na representação da prática educativa, na relação homem-natureza, na forma de organização do conhecimento da sociedade, na representação social de conceitos como meio ambiente e EA e a relação com a prática pedagógica, etc.

Tais classificações tiveram grande utilidade na academia, para denominar a abordagem assumida ou mesmo como categoria de análise de diversas pesquisas, em especial aquelas que procuram compreender os pressupostos que sustentam as práticas educativas dos educadores. Dentro desse cenário, concordando com Nieto Caraveo (2001), cabe ressaltar que os agrupamentos apresentados não abrangem a EA em sua totalidade, servindo ao propósito de facilitar a compreensão do seu campo. Oscar (2006) e Alves (2006) mostram, ao encontrar duas distintas tendências a serem trilhadas, uma modalidade pode se relacionar e até se mesclar com outra, apontando para a dificuldade em estabelecer distinções tão claras entre as vertentes. Iared et al (2011, p.15) realizam uma crítica à tentativa feita para o enquadramento das ações em EA, uma vez que a “complexidade da realidade não pode ser delimitada em rótulos ou padronizações de fenômenos, sob o risco de produzir imagens empobrecidas e simplificadoras”, de forma geral as discussões realizadas consideram dois eixos principais em sua caracterização, estas que se ramificam: o conservacionista e o socioambientalista.

A EA conservacionista possui influência principalmente na atuação das ciências naturais. Essa perspectiva foi hegemônica no Brasil entre meado dos anos de 1960 e 1980, contudo, está presente até hoje nos mais diversos espaços. A questão ambiental é entendida de um ponto de vista antropocêntrico e utilitarista, constituindo uma visão naturalista, uma vez que ela passa a englobar a destruição ou apropriação de recursos naturais sem consideração das implicações humanas nessas problemáticas. Os principais profissionais que atuam nessa corrente são biólogo, ecologistas, órgãos governamentais nacionais e internacionais, sendo utilizada comumente. Dentre os objetivos desse olhar, se destaca a promoção da sensibilização dos sujeitos.

Já a EA socioambientalista estabelece uma crítica aos pressupostos da abordagem anterior, principalmente a partir da década de 1980, visando atingir a questão de forma mais ampla e complexa. As áreas de conhecimento que subsidiam essa perspectiva são várias, englobando as ciências naturais, ciências humanas e sociais. Assim, se procura subsidiar uma visão sobre a questão ambiental mais crítica, numa confluência de seus aspectos ambientais, políticos e sociais. Diversos pesquisadores, ambientalistas, ONG's, movimentos sociais, instituições de ensino, movimentos ambientalistas etc. fomentam tal corrente.

Comparando tal corrente com a anterior, percebemos maior diferenciação nos objetivos. A primeira visa a informação, sendo comportamentalista e regulatório, já em se tratando da perspectiva socioambientalista, é notável uma busca para promover uma transformação social, juntamente com a ambiental, envolvendo indivíduos, grupos e classes sociais, culturas e estruturas, como base para a construção democrática de “sociedades sustentáveis” e de novos modos de se viver, a partir da problematização da degradação das condições ambientais e de vida como processos articulados, isto é, a construção de uma postura crítica sobre a realidade vivenciada para sua transformação (LIMA, 2005).

Vários autores, como Loureiro (2006), Lima (2005), Reigota (2007) e Carvalho (2005) mostram como a EA no Brasil assume características próprias, devido às particularidades históricas da nossa sociedade. Tais características contribuíram para que houvesse, inicialmente, um distanciamento e uma posterior aproximação entre os movimentos sociais e os movimentos ambientais. Ainda na década de 1980 ambos apresentavam debates dissociados, uma vez que se compreendia que as questões ambientais eram burguesas e o que importava era a resolução dos problemas sociais que afetavam o povo brasileiro. Além disso, até então falava mais alto o discurso do progresso e do desenvolvimento nacional por meio da integração de territórios. Posteriormente, houve a percepção de que as questões ambientais não eram antagônicas às questões sociais, constituindo-se o que alguns preferem chamar de problemática socioambiental.

Sobre o papel que a educação como prática social possui ou pode desempenhar frente à questão ambiental, Carvalho et al. (2009) ressaltam a necessidade de maiores discussões e esclarecimentos de posições que, por vezes ingênuas, supervalorizam as possibilidades da educação para desencadear processos de transformação social. A EA se mostra um meio favorável a mobilização e formação de cidadãos capazes de atuar na sociedade de forma crítica e consciente, de forma individual e coletiva. A concretização de tal articulação depende de diversos fatores, como a problemática será enfrentada; as características de seu público participante; o espaço educativo no qual se desenvolve a EA; se na educação formal ou não formal dentre outras. Percebemos assim que mesmo dentre os especialistas da área, há uma maior valorização daquelas experiências que defendem os valores do âmbito socioambiental, característicos da EA socioambientalista, também denominada de EA crítica.

Através do olhar da Educação Crítica e Emancipatória, fundamentada em autores como Guimarães, Loureiro e Carvalho. Guimarães (2006) acredita-se que a educação ambiental apresenta “Proposta voltada para um processo educativo desvelador e desconstrutor dos paradigmas”, e Carvalho (2005) se aprofunda mais “Politicamente, um dos traços distintivos do educador ambiental, parece ser partilhar, em algum nível de um projeto político emancipatório”. Assim a formação aos sujeitos envolvidos proporciona a reflexão através das problemáticas ambientais emergente atualmente, construindo assim de uma visão crítica da questão ambiental. Contribuindo para sua cosmovisão da problemática ambiental como um tema complexo, desmistificando seu conceito arraigado das questões ambientais sendo vista pela hegemonia de forma mais simplista.

Iremos nos embasar em autores como Guimarães, Loureiro e Carvalho que seguem corrente crítica da Educação Ambiental, dentre outros. Guimarães (2006) acredita que a EA crítica apresenta “proposta voltada para um processo educativo desvelador e desconstrutor dos

paradigmas” e Carvalho (2005) acredita que, “politicamente, um dos traços distintivos do educador ambiental, parece ser partilhar, em algum nível de um projeto político emancipatório”, além de autores como Freire (1997) que defende uma formação ampla e abrangente a partir dos instrumentos do cotidiano dos sujeitos.

Do ponto de vista da formação de sujeitos completos e complexos, Freire (1997, p 156) ao falar da educação transformadora e libertária, ressalta seu caráter emancipatório ao mencionar que:

com relação a meus alunos, diminuo a distância que me separa de suas condições negativas de vida na medida em que os ajudo a aprender não importa que saber, o do torneiro ou o do cirurgião, com vistas à mudança do mundo, à superação das estruturas injustas, jamais com vistas à sua imobilização.

Para esse autor, a educação crítica tem significado fundamental e reflexo direto na emancipação dos sujeitos. Compreendê-la pressupõe perceber a educação como forma de intervenção no mundo, mantendo a disponibilidade permanente para o diálogo e para a prática democrática,

a favor da decência contra o despudor, da liberdade contra o autoritarismo, da autoridade contra a licenciosidade, da democracia contra a ditadura de direita ou esquerda (...) da luta constante contra qualquer forma de discriminação contra a dominação econômica dos indivíduos ou das classes sociais (FREIRE, 1997, p.115).

A formação a partir de uma educação emancipatória, direciona a transformação social, onde requer uma “grande viagem de cada indivíduo no seu interior e no universo que o cerca” (GADOTTI, 2005, p.244). A pedagogia da práxis, que se realiza na união entre teoria e prática, no aprender fazendo e refletindo, “é a teoria de uma prática pedagógica que procura não esconder o conflito, a contradição, mas ao contrário, estende-os como inerentes à existência humana, explicita-os e convive com eles” (GADOTTI, 2005, p.239), firmado como dever atuante dos formadores do programa. Além disso, é importante o questionamento sobre os modos de pensar, sentir, agir e de produzir conhecimento, sendo exercício constante, de atenção e respeito com o ambiente de forma complexa para além de seus questionamentos internos.

O PEAAF é um programa que afirma abarcar questões fundamentais ao desenvolvimento do campo brasileiro. A sua relação com a Educação Ambiental (EA) e a Agricultura Familiar (AF) possibilita o caminhar de indivíduos críticos a cerca das problemáticas ambientais atuais. O programa acredita que

A educação ambiental feita no contexto da agricultura familiar traz características e necessidades próprias. Os trabalhadores rurais não devem ser vistos apenas como alunos, pelo contrário, devem ser considerados como segmentos sociais que trazem consigo grande riqueza de conhecimento sobre os sistemas de produção de alimentos e de conservação do meio ambiente. Conhecimentos que trazem técnicas, saberes e métodos perpetuados e aperfeiçoados por gerações, caracterizando as diversas tradições culturais e modos de produção e manejo ambiental praticados no Brasil. (Ministério do meio Ambiente, 2012).

Analisamos os processos de formação dos sujeitos a partir de tais referências além de outras inúmeras que serão vistas e analisadas adiante.

## 7 AGRICULTURA FAMILIAR: CONCEPÇÃO E ORGANIZAÇÃO SOCIAL E PRODUTIVA.

A agricultura familiar é um campo diverso<sup>5</sup>, onde participam desde extrativistas, assentados, minifundiários, agroecologistas, monocultores, pequenos empresários, miseráveis e até pessoas com grandes condições financeiras. Essa pluralidade faz com que a agricultura familiar tenha grandes disputas, tanto do ponto de vista econômico, ambiental, político e ecológico. É considerado agricultor familiar aquele que utiliza-se da mão-de-obra da família e eventual presença de terceiros para auxiliar, onde vende-se o excedente do que sobrou da subsistência da família. Podemos dizer que esses agricultores mantêm uma tradição camponesa, fortalecendo sua capacidade de adaptação às novas exigências da sociedade.

A agricultura familiar tem grande importância para a economia brasileira, pois gera renda com empregos diretos e indiretos, além de sua considerável participação na exportação de alimentos para países mais exigentes e com responsabilidade ambiental declarada. Em todos os cantos do planeta, a agricultura familiar é base da alimentação. Sua importância é tal que durante a 72ª Assembleia Geral da ONU em 2015, proclamou-se a Década para a Agricultura Familiar 2019-2028, com o objetivo principal de promover melhores políticas públicas de agricultura e propor uma oportunidade única para contribuir com a erradicação da fome e da pobreza. O documento da Resolução da Década da Agricultura Familiar foi proposto por um grupo de 14 países, liderados pela Costa Rica, copatrocinado por 104 nações e aprovado por unanimidade pela Assembleia Geral. A partir de agora, um plano de ação será apresentado à FAO, o órgão da ONU para alimentação e agricultura, e aos governos.

É decisiva para a formação do conceito de agricultura familiar a divulgação do estudo realizado no âmbito de um convênio de cooperação técnica entre a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O estudo define agricultura familiar

*“[...] a partir de três características centrais: a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva” (INCRA/FAO, 1996: 4).*

De acordo o MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) esse modelo de agricultura é responsável por 90% da economia dos municípios com até 20 mil habitantes. Possui “um faturamento anual de US\$ 55,2 bilhões” ocupando 70% do território nacional. Para um total de 4.900.000 estabelecimentos 4.150.000 (85%) correspondem ao setor familiar e camponês e 550.000 (12%), ao setor patronal de acordo com o relatório INCRA / FAO, 2000.

A visão falsamente inculcada na sociedade pela hegemonia econômica e proprietária de grandes terras reconhece a agricultura familiar como sendo um setor pouco produtivo. Isso é uma grande mentira, contradiz inclusive o censo agropecuário, que constata o fato da agricultura familiar produzir bem mais do que a agricultura patronal, por hectare cultivado, ocupando sete vezes mais mão-de-obra, sendo ignorada pelo capitalismo exacerbado que visa o lucro imediato e acredita que o estilo monocultor seja o melhor e mais inteligente. Segundo SABORIN, 2007, “os estabelecimentos de 20 a 100 hectares produzem tanto quanto o conjunto da agricultura patronal, com 2,5 vezes menos terra”. Esse conflito histórico permeia

---

<sup>5</sup> Caminho esse escolhido de acordo com o histórico do indivíduo, interesses particulares e/ou econômicos, que aqui não nos cabe julgar.

toda a estrutura fundiária do Brasil.

Atualmente a agricultura familiar tem uma lei específica, a Lei n. 11.326/2006, que define agricultor familiar enquanto aquele que pratica atividades rurais e que atenda aos seguintes requisitos: I – não detenha a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais; II – utilize mão-de-obra predominantemente da própria família em suas atividades econômicas; III – tenha percentual mínimo originado das atividades de seu estabelecimento; e IV – dirija o estabelecimento com sua família, com auxílio eventual de terceiros. Também entram nessa classificação silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, indígenas, quilombolas e assentados da reforma agrária.

A agricultura familiar enfrenta hoje de forma prática grandes dificuldades no cenário brasileiro, como a dificuldade de acesso à dados, políticas públicas existentes etc. A assistência técnica e extensão rural ao agricultor que o assiste para o desenvolvimento de suas atividades bem como o acompanhamento é outra dificuldade, pois não atuam de forma efetiva. É preciso também salientar a dificuldade relacionada ao acesso aos créditos voltados para seu perfil, que devido ao desconhecimento há dificuldade em acessá-los. É importante frisar também que diferente da situação clássica, o camponês no Brasil sempre ocupou espaços deixados pela grande agricultura. Devido a esse caráter marginal, encontra dificuldades para implantar sistema produtivo do tipo policultura-pecuária do ponto de vista fértil.

## 7.1 Saber Camponês

A vida no campo pelo olhar das políticas sociais, questão agrária e territorial e ainda produção agropecuária tem sido muito difundida e estudada. Atualmente olhares direcionam a agricultura familiar, a vida no campo e sua forma de produção de alimentos respeitando o meio ambiente. As práticas adotadas na terra estão de acordo com o conhecimento, filosofia e experiência de vida adquiridos, e refletem um camponês que está intimamente ligado a sua tradição familiar e atenta-se ao momento em que todos estão preocupados com o futuro da humanidade. Tal conhecimento intrínseco é a expressão de uma formação como indivíduo e sua forma de ver o mundo. Segundo Lamarche, as estratégias de produção e reprodução da exploração familiar são organizadas e pensadas mediante dois domínios, seu passado histórico, ou o “modelo original”, onde estão presentes suas raízes culturais e um modo de vida mais tradicional e no outro extremo o que projetam para o seu futuro, o que e como pretendem desenvolver internamente na própria unidade produtiva.

É de consenso que dentre os espaços em que a formação se faz atuante, afim da construção de conhecimento, tem-se a educação formal, educação não formal e a educação informal, classificadas assim de acordo com o ambiente e os objetivos educativos em que ocorre. A educação formal é caracterizada por sua realização em instituições de ensino, seguindo um currículo, em um espaço físico pré-determinado, com conteúdos passados por educadores e sendo assimilado por educandos, esse sistema é aplicado em escolas e faculdades dentre outros. A educação não formal tem-se em sua maioria cursos, palestras e outras atividades oferecidas em instituições, com formações mais rápidas, focadas e com objetivos mais diretos. Já a educação informal ocorre de forma corriqueira, através de grupos sociais e formações complementares onde são carregados de valores e culturas herdadas historicamente.

O conhecimento em qualquer âmbito, formal ou informal, sempre sofre influências culturais, concordando com Freire (1981), que afirma que as técnicas, o saber científico, assim como o procedimento empírico dos camponeses se encontram condicionados historicamente culturalmente.

Nas comunidades rurais comumente encontramos os conhecimentos populares,

gerados e transmitidos em tempos e modos diferentes do modelo clássico escolar. Este tipo de conhecimento pode ser adquirido e denominado como educação informal. Para GASPAR (1990), Na educação informal, não há lugar, horários ou currículos. Os conhecimentos são partilhados em meio a uma interação sociocultural que tem, como única condição necessária e suficiente, existir quem saiba e quem queira ou precise saber. Nela, ensino e aprendizagem ocorrem espontaneamente, sem que, na maioria das vezes, os próprios participantes do processo deles tenham consciência.

A Educação do Campo não é a educação da cidade deslocada a indivíduos que moram em localidades rurais. A Educação do Campo é uma educação que enxerga o indivíduo de forma complexa, levando em consideração sua história, cultura e vivência no campo.

A Educação do Campo nasceu como mobilização/pressão de movimentos sociais por uma política educacional para comunidades camponesas: nasceu da combinação das lutas dos Sem Terra pela implantação de escolas públicas nas áreas de Reforma Agrária com as lutas de resistência de inúmeras organizações e comunidades camponesas para não perder suas escolas, suas experiências de educação, suas comunidades, seu território, sua identidade (CALDART, 2012, p.15).

Organizam-se contra o descaso com que as elites brasileiras tratam das questões campestres. Trazendo um olhar enriquecedor, conferindo robustez ao saber campestre. O chão que nasce o conceito advém do próprio campo como território de marginalidade, exploração e disputa (SIMÕES; TORRES, 2011). Estes sujeitos participam de lutas sociais e tem suas particularidades, formando uma relação de pertencimento da terra, vinculado a organização solidária de forma individual e coletiva com a finalidade de desenvolver o campo. Assim a educação do campo seria um paradigma em construção que deve estar embasada em objetivos que garantam a emancipação do sujeito do campo e na sua participação como sujeito histórico (TEIXEIRA, 2012). A educação do campo deve assegurar condições de qualidade social, política etc., segundo Machado, 2017 “[...] com a finalidade de resgatar os valores e direitos dos sujeitos do campo, reconstruindo e superando uma história marcada por descasos e descondições [...]”.

Segundo Arruda (1999) e Adms (2000), comunidades tradicionais rurais de uma região apresentam as seguintes características: modelo de ocupação e uso dos recursos naturais focado para subsistência; em geral, ocupam a região há muito tempo; possuem fraca articulação com o mercado; utilizam mão-de-obra familiar e tecnologias de pouco impacto derivadas de conhecimentos patrimoniais (popular) de base sustentável.

Podemos dizer que a agricultura familiar e camponato se estruturam “como uma nova categoria política, portadora de uma considerável fonte de legitimidade social, que simultaneamente representa os interesses dos pequenos produtores rurais, das famílias assentadas, dos arrendatários, dos agricultores integrados aos complexos agroindustriais e de outros atores sociais do campo brasileiro” (Anjos, 2003: 245). Ainda, para Lamarche,

A exploração familiar, tal como a concebemos, corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. A interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração engendra necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração. (LAMARCHE, 1993, p. 15).

O meio de produção dos agricultores campestres é reflexo da percepção ambiental que possui, sendo moldada de acordo com a vivência e assim a educação informal. Rosa e Silva (2002) nos mostram que a percepção ambiental pode ser definida pelas formas como os indivíduos veem, compreendem e se comunicam com o ambiente, considerando-se as influências ideológicas de cada sociedade.

Entendemos que as práticas agrícolas adotadas por produtores rurais que respeitam a terra e o ambiente onde estão inseridos, como a produção ecológica e/ou agroecologia, advém de seu engajamento e contextualização como agricultor. O sujeito histórico é produto e produtor da própria história, grande parte das práticas adotadas são passadas por gerações e herdadas na lida diária. O conhecimento dos agricultores promove o desenvolvimento sustentável através da auto-descoberta. Cada vez mais, pequenos agricultores visam uma melhor qualidade de vida e estão retomando a prática do conhecimento tradicional, recuperando assim uma questão cultural de seus antepassados. A Agroecologia constitui-se numa ferramenta fundamental de estratégia ecológica na construção das sociedades sustentáveis, o que permite “[...] fortalecer a capacidade local de experimentação e inovação dos agricultores com os recursos naturais específicos de seus agro-ecossistemas [...]” (CASADO; SEVILLA-GUZMÁN; MOLINA, 2000, p. 139).

O desenvolvimento rural sustentável a partir da agroecologia não pretende servir ao agronegócio que teve a “revolução verde” como paradigma de produção. A Agroecologia não é somente um modelo de produção, mas sim uma organização social, cultural e econômica de pequenos agricultores, que trocam saberes e experiências de vida e trabalho a partir de práticas locais ecológicas. Pode ser usufruída por todas as comunidades rurais do mundo, onde a sustentabilidade socioambiental é princípio da estratégia de desenvolvimento rural, devendo ser definida por meio da participação e da identidade cultural de cada localidade a ser considerada. Acreditamos que “O cuidado serve de crítica à nossa civilização agonizante e também de princípio inspirador de um novo paradigma de convivibilidade” (BOFF, 1999, p.14) a fim de construir equilíbrio dinâmico entre os ideários do homem e a natureza. Finatto compreende que:

Quanto ao impacto da agricultura no ambiente, intensificaram-se há alguns anos o debate sobre técnicas de agricultura orgânica, com a substituição de insumos convencionais por alternativos, que representa um importante recurso para minimizar o impacto no espaço natural, entretanto, para uma sistematização mais eficiente do processo produtivo, a fim de concretizar um projeto agroecológico, tornando-o sustentável, é necessário pensar a agricultura nas suas multifacetadas dimensões, e é o segmento de produção familiar que apresenta características nada desprezíveis para esta transformação (FINATTO, 2008, p.207)

A relação do agricultor familiar com sua terra não se pauta apenas na produção para a comercialização da produção, mas ele se identifica com o lugar que trabalha e vive. Em muitos casos, é na mesma terra que seus antepassados viveram, o que torna o lugar carregado de um sentimento e identificação. Aqui “a ecologia não representa somente a base de sua estrutura de produção, mas uma dimensão abrangente, relacionada à totalidade da vida do agricultor e fundamento de reprodução social da família” (CANUTO; SILVEIRA; MARQUES, 1994, p.61).

A formação construída pelo agricultor camponês e sua sensibilidade, gera um impacto direto na produção de alimentos em sua propriedade. A utilização de técnicas alternativas sustentáveis de manejo de culturas integrando os princípios de preservação ambiental resulta em rendimentos satisfatórios na produção dos alimentos cultivados. A produção agroecológica vem se expandindo em todo território nacional e ganhando visibilidade, o que confere valor intelectual e ambiental ao produto. Não podemos desprezar a educação informal, pois é através dela que o conhecimento histórico é passado por gerações, revelando a raiz do campesinato brasileiro.

## 7.2 Agroecologia e Agricultura Familiar

São diversas as formas que se conduz agricultura familiar. Dentre as mais utilizadas, temos a agroecologia, linha seguida e propagada pelo PEAAF. Os autores Caporal & Costabeber (2004, p. 2) afirmam: Agroecologia “nos faz lembrar de estilos de agricultura menos agressivos ao meio ambiente, que promovem a inclusão social e proporcionam melhores condições econômicas aos agricultores”, sendo a “ciência que estabelece as bases para a construção de estilos de agriculturas sustentáveis e de estratégias de desenvolvimento rural sustentáveis”.

A partir dos princípios da EA crítica emancipatória que visa à formação de indivíduos emancipados socialmente, entendemos que a agroecologia é um sistema de produção agrícola que se organiza segundo os ideais ambientais contemporâneos. Pois entendemos que a Educação Ambiental crítica emancipatória de acordo com Loureiro & Guimarães (2006, p.25) é uma “proposta voltada para um processo educativo desvelador e desconstrutor dos paradigmas”, “engajando no processo de transformação da realidade socioambiental”.

O PEAAF contribui para alçar o desenvolvimento através da equidade nos sistemas naturais, pois advêm de demanda socioambiental onde os agricultores familiares que utilizam a agricultura de forma integrada e respeitosa no que tange as questões ambientais. Ainda de acordo com o PEAAF segundo o MMA (2012), os agricultores assim:

Adotam a agroecologia, o agro extrativismo, os sistemas agroflorestais e demais práticas produtivas sustentáveis como referências para uma economia rural mais integrada, envolvendo a produção agrosilvopastoril e a recuperação de áreas de Preservação Permanente (APPs), Reservas Legais e outras áreas degradadas, difundindo o uso de tecnologias sociais no âmbito da agricultura familiar.

O conflito entre Ambiental e Agrário tem a liberdade e dever de regular suas relações, desde que a lei tenha critérios claros e objetivos, que não possibilite o oportuno de burlar suas normas atuando em prol do paradigma agroecológico.

Percebemos que o meio acadêmico possui diversas pesquisas que demonstram a importância que entender e considerar que o conhecimento de agricultores é essencial para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas aos interesses locais e para o desenvolvimento de sistemas agrícolas sustentáveis respeitando os agroecossistemas.

A Definição de Agricultura Familiar ignora em contexto a biodiversidade, as riquezas naturais e o ecossistema equilibrado. Não se percebe que este equilíbrio é necessário para uma melhor rentabilidade e produtividade do cultivo. Tais questões são priorizadas na agroecologia. Segundo Shiva (2003, p. 68), a produção de alimentos atualmente no Brasil está a cada dia mais comprometida, pois o que interessa para a bancada ruralista e o governo é o capitalismo frente a produção direcionada para exportação, ou seja, monocultura; acabar com a biodiversidade, com as plantas nativas e extinguir a fauna; grãos para alimentar animais, para construção civil e bens primários para manufaturar; essa perspectiva tem gerado um aumento exacerbado na produção de alimentos e conseqüente desgaste ambiental das nossas terras,

Sob uma perspectiva Marxista, Gonçalves (2007), destaca que em várias partes do mundo, pobreza e riqueza exibida de forma a direcionar a destruição da natureza. Fazendo uma “natureza humanizada” sendo um produto do homem e não portadora de uma pureza original. Como consequência destas ações devastadoras tem-se que a desigualdade e a injustiça somando às ações prejudiciais à natureza, gerado por dinheiro e capital. É necessário assim o equilíbrio abrindo mão do modelo atual de desenvolvimento, que tendência mais o lado econômico do que social, não exacerbando na questão ecológica focando apenas do ponto de vista romantizado.

A agricultura familiar possui valores específicos construídos a cerca do seu pertencimento ao ambiente, sendo movida por sua lógica, caracterizando uma simbiose entre o ecossistema e o agricultor que trabalha diretamente na terra não abusando de seus recursos e sim colaborando com ela. Assim suas tradições culturais são fortemente influenciadas sendo produto do meio, com significativa interação com técnicas tradicionais mantendo o grupo familiar. Consequentemente se relacionam mais harmoniosamente com o ambiente natural em que desenvolvem suas atividades, tanto as relacionadas às atividades técnicas na agricultura quanto às sociais. De acordo com Franklin,

“Uma das principais diferenças entre o produtor familiar e o empresário capitalista é que o primeiro precisa produzir, de certa forma, independentemente do mercado, pois ele e sua família vivem dos produtos da terra, enquanto que o segundo pode decidir mais livremente onde e como investir seu capital. Ao mesmo tempo, enquanto que o empresário capitalista pode despedir empregados considerados ‘excedentes’, numa lógica de racionalização econômica, o produtor familiar não pode fazer o mesmo com seus trabalhadores, membros de sua família: seu comprometimento de trabalho pode ser considerado como total; seu objetivo é maximizar a utilização de trabalho em lugar de maximizar o lucro ou algum outro indicador de eficiência” (apud BRUMER, 1994, p. 90).

O espaço rural assim constitui o desenvolvimento sustentável no meio rural, priorizando os aspectos sociais e qualidade de vida das populações. Tal situação deve ser visionada por políticas públicas adequadas que fomentem a substituição de técnicas, a valorização das tradições locais, para a partir daí ser possível a construção de estratégias pautadas em potencialidade locais e regionais, promovendo o desenvolvimento do grupo local que encontra-se diretamente vinculado a atividade desenvolvida.

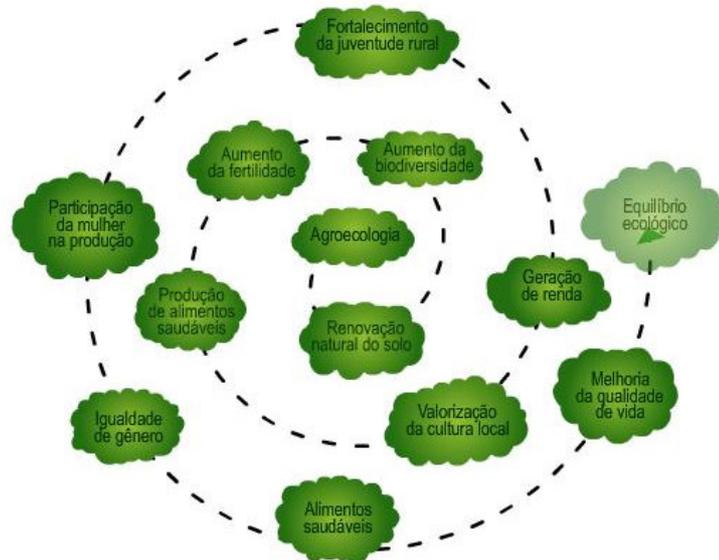
As práticas agroecológicas podem direcionar às transições para estilos sustentáveis, contribuindo para o desenvolvimento rural, de forma a apoiar o processo de transição de um modelo de agricultura convencional para modelos de base agroecológica. Para Altieri (2002), agroecologia como termo pode ter diversos significados “O termo agroecologia pode significar muitas coisas. Definida de forma mais ampla, a Agroecologia geralmente representa uma abordagem agrícola que incorpora cuidados especiais relativos, ao ambiente, assim como aos problemas sociais, enfocando não somente a produção, mas também a sustentabilidade ecológica do meio de produção”.

A agroecologia é entendida nos termos preconizados segundo Altieri (2012), numa perspectiva de transformação do modelo de desenvolvimento rural e da agricultura, como sendo uma ciência, um conjunto de conceitos, que disponibiliza os princípios ecológicos básicos sobre como estudar, projetar e manejar agroecossistemas que sejam produtivos e ao mesmo tempo conservem os recursos naturais, assim como, sejam culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis.

Percebemos assim, nesta discussão, que a agroecologia proporciona o uso de uma abordagem mais íntegra, permeando não só os aspectos agrônômicos, mas também, os socioeconômicos e ambientais de forma ampla, possibilitando uma compreensão mais complexa a respeito dos efeitos que a tecnologia traz para o meio ambiente como um todo, incluindo os seres humanos.

A agroecologia tem sido reafirmada como uma ciência ou disciplina científica, ou seja, um campo de conhecimento de caráter multidisciplinar que apresenta uma série de princípios, conceitos e metodologias que nos permitam estudar, analisar, dirigir, desenhar e avaliar agroecossistemas – unidades fundamentais para o estudo e planejamento das intervenções humanas em prol do desenvolvimento rural sustentável” (CAPORAL, et al., p.13, (2002), p 13).

Sob a visão de Caporal e Costabeber vemos que a agroecologia é uma grande ferramenta frente ao desenvolvimento sustentável, podendo atuar em diversas campos do saber otimizando a ocupação dos territórios ao associar a diversidade.



**Figura 3** - Fluxograma do Ciclo Construtivo da Agroecologia  
Fonte: RECVIDA (2012).

De acordo com o fluxograma acima, podemos ver que agroecologia tendência uma interação equilibrada entre a humanidade e o ambiente fomentando uma ética ambiental a respeito do equilíbrio ecológico e da qualidade de vida. Segundo Caporal e Costabeber (2002), a agroecologia corresponde à aplicação de conceitos e princípios da Ecologia, da Agronomia, da Sociologia, da Antropologia, da ciência da Comunicação, da Economia Ecológica e de tantas outras áreas do conhecimento, em prol da agricultura sustentável.

## 8 REFLETINDO SOBRE O PROCESSO DE FORMAÇÃO

O Programa foi criado em 2012, onde neste mesmo ano iniciaram-se as chamadas públicas e formações dando continuidade nos anos seguintes onde abriu portas para parcerias com Municípios como explicitado anteriormente no Tópico 5.1.

O Município de Pinheiral no Estado do Rio de Janeiro participou da chamada pública onde se inscreveu para o curso “Apoio à Implementação do Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar (PEAAF) nos Territórios”. Com o objetivo de capacitar online agentes políticos e representantes da sociedade civil para o desenvolvimento de políticas públicas, programas e projetos de educação ambiental no contexto da agricultura familiar em seus municípios para apoiar a implementação do programa. O público alvo eram os gestores e servidores públicos, profissionais do ensino, representantes de organizações da sociedade civil e lideranças de movimento de campo. Era necessário possuir experiência na área e ter apoio da instituição onde atua, a fim de realizar o diagnóstico socioambiental de seu território e trabalhar estratégias pedagógicas após a esta formação.

Neste curso a equipe do Departamento de Educação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente de Pinheiral-RJ aprendeu em Brasília/DF sobre a plataforma digital, Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), que eles iriam utilizar para aplicar o curso nos municípios, sendo também apresentados a alguns conteúdos que foram mais aprofundados mais tarde com o recebimento do material para as disciplinas na prefeitura.

De acordo com a Ementa, a capacitação dos formadores em Brasília foi dividida em 5 módulos segundo com MMA (2014): Módulo 1 – Educação Ambiental e a Agricultura Familiar no Brasil; Módulo 2 – Cenário Socioambiental Rural Brasileiro; Módulo 3 – Sustentabilidade e Agroecologia: conceitos e fundamentos; Módulo 4 – Fundamentos e estratégias para a Educação ambiental na Agricultura Familiar, onde sobre a concepção crítica, transformadora e emancipatória de Educação Ambiental que orienta esta proposta educacional, abordando categorias fundamentais para os processos de ensino.

O PEAAF possui cinco linhas de ação estratégicas, a formação dos agricultores está relacionado à Linha 3, que trata sobre o “Apoio a processos educativos presenciais e à distância” através da “Formação de Agentes Populares de Educação Ambiental na Agricultura Familiar” os agricultores formados agentes multiplicadores de práticas agroecológicas.

O curso assim foi aberto para os agricultores locais, e como não houve uma quantidade satisfatória de inscritos, decidiu-se abrir para outros interessados na área com divulgação digital do mesmo no site oficial municipal.

Em março de 2016 a prefeitura fez uma divulgação pública do curso para os agricultores. Onde de acordo com o edital divulgado pelo Governo Federal, a Prefeitura de Pinheiral, através da Secretaria Municipal do Ambiente e Desenvolvimento Rural realizaria a formação, disponibilizando em Março de 2016 um curso semi-presencial com 70 vagas para agricultores com duração de 180h.

Ao todo foram 54 inscrições de alunos previstos, dentre eles 22 foram alunos efetivos que participaram da Formação de Agentes populares de Educação Ambiental na Agricultura Familiar da equipe de Pinheiral.

É importante salientar que de acordo com a ordem cronológica, a formação em Pinheiral ocorreu em março 2016 e a aprovação do projeto da presente dissertação se deu em agosto com o desenvolvimento inicial da pesquisa no segundo semestre de 2017, sendo assim não houve tempo hábil para acompanhar presencialmente os processos de formação. Inicialmente intencionávamos participar de uma segunda etapa do curso que era prevista, mas infelizmente não houve por motivos políticos à mudança da gestão presidencial. Iremos refletir assim com base na análise documental dos processos de formação juntamente com as entrevistas realizadas com a equipe e questionário aplicados aos agricultores.

## 8.1 Observando o Material Pedagógico

Para tal observação foram utilizados documentos digitais disponíveis na rede do MMA, documentos físicos e dados fornecidos por fontes secundárias como a coordenação da formação em Pinheiral.

O processo de formação dos agentes populares foi composto por diversos momentos em aulas teóricas, aulas práticas, atividades a serem desenvolvidas no AVA dentre outros. Durante as aulas teóricas as formadoras utilizaram o material digital desenvolvido pelo MMA, explicitando e refletindo junto aos alunos o conteúdo adquirido. De acordo com as entrevistas da equipe formadora e dos alunos, as aulas práticas foram pensadas pela equipe de Pinheiral, pois havia uma maior liberdade frente ao MMA do desenvolvimento dessas atividades, onde em sua maioria eram aulas de campo auxiliadas muitas vezes por agricultores alunos nessa formação. Após os encontros de aulas teóricas foram demandadas variadas atividades a serem realizadas na plataforma virtual, onde eram desenvolvidas e analisadas pelo MMA a fim de monitorar o andamento e êxito do curso.

As atividades semipresenciais tendem a capacitação nas diversas metodologias e temáticas trabalhadas pelo PEAAF. Ocorrem por meio da disponibilização de conteúdos no Ambiente Virtual de Aprendizagem do Ministério do Meio Ambiente, intercaladas com os momentos presenciais, segundo MMA (2015)

“visando a investigação da realidade socioambiental com vistas à sua transformação. Articulando teoria e prática, aprendizagem e ação social, propicia-se que no processo de reflexão coletiva sobre os territórios rurais, a tomada de consciência e a produção de conhecimento sejam direcionadas à resolução dos problemas identificados, o que favorece a problematização das práticas sociais por uma perspectiva crítica e a mobilização dos agentes sociais para o exercício pleno da cidadania”

Não pretendemos aqui esgotar todas as informações contidas no processo de formação dos agentes populares, visto que nos prolongaríamos demasiadamente e sim abordar os pontos centrais que norteiam as atividades do programa.

Nas aulas teóricas havia a presença de grande parte dos alunos efetivos, visto que os encontros foram periódicos, otimizando a formação. A apresentação digital fornecida pelo MMA aponta pontos centrais a serem discutidos oferecendo aí a oportunidade de direcionar a linha de raciocínio passada aos alunos.

Durante a aula inaugural foram pontuadas questões introdutórias referente ao Programa, sua intencionalidade, princípios e objetivo onde frisa que “O objetivo do curso é formar agentes populares capazes de identificar e refletir de forma crítica as questões socioambientais em seu território.” lembrando que

“para que o aprendizado possa ser alcançado em sua plenitude, não basta ler os textos ou assistir os vídeos sugeridos. É preciso participar ativamente das discussões levantadas. Buscar entender como elas se relacionam com sua realidade. Colocar em movimento o que é trabalhado para que o processo de ensino-aprendizagem seja um ato criador e criativo.” (MMA,2016)

Explicitando como o PEAAF funciona de forma prática frente aos agricultores. Ainda durante esse primeiro momento foram introduzidos conteúdos e referências para reflexão da Educação Ambiental, trazendo o histórico da Educação Ambiental mundial e no Brasil, a definição de EA, Explanação do Programa Nacional de Educação Ambiental (PNEA), sua relação com Desenvolvimento Sustentável e a contextualização da agricultura familiar. Esta aula também foi composta pela demonstração e explicação de utilização do ambiente virtual (AVA), onde

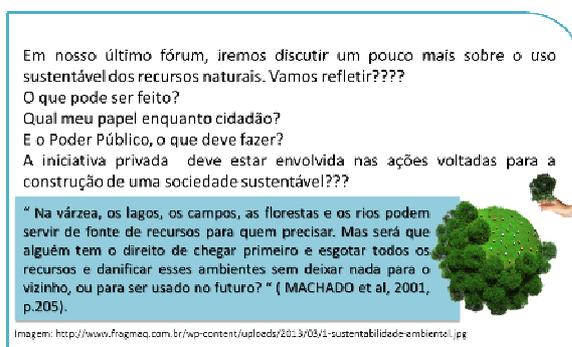
os alunos iriam acessar mais conteúdos referente as aulas, os módulos, vídeos, fóruns de participação e avaliações.



**Figura 4** - Aula Inaugural

Foto cedida pela coordenação do curso em Pinheiral

Ao desenvolver do curso, fóruns foram debatidos a cerca de questões trazidas pelo MMA através da plataforma. Abordando questões como: o papel do agente popular em EA; características gerais desejadas à um educador ambiental; reforma agrária do Brasil; conceituação do termo sustentabilidade; a motivação e o encaminhamento do aluno durante a formação como podemos ver na imagem a seguir:



**Figura 5** - Debates explorados nos Fóruns do AVA

Fonte: Coordenação do curso em Pinheiral

As aulas de campo previstas pela formação foram organizadas e desenvolvidas pela equipe formadora, como dito anteriormente. Ainda de acordo com a equipe, nelas foram priorizados oficinas que compreendem as temáticas em sua complexidade, como especialistas na área e agricultores. Dentre as aulas práticas realizadas ressaltamos as aulas sobre compostagem, horticultura e manejo, de acordo com as imagens abaixo.



**Figura 6 - Compostagem.**

Fonte: Coordenação do curso em Pinheiral.



**Figura 7 - Manejo.**

Fonte: Coordenação do curso em Pinheiral.

Durante a aula presencial final, onde foram amarrados todos os conteúdos passados durante o curso, foram abordados novamente temas trabalhados anteriormente, como: Educação ambiental e sua interlocução com o Desenvolvimento Sustentável; Agricultura Familiar no Brasil; papel do agente popular em Educação Ambiental; Cenário socioambiental rural brasileiro e as formas de organização social e produtiva no campo e na floresta (explanando sobre a questão agrária no país); Sustentabilidade em desenvolvimento frente as práticas agroecológicas (promovendo equilíbrio ambiental, viabilidade econômica, justiça social, diversidade cultural e gestão democrática); Agroecologia em contraponto a Agricultura Convencional; fornece Estratégias Pedagógicas para a Educação Ambiental na Agricultura Familiar; Na área da Educação Ambiental discutiu-se a vertente emancipatória em versus ao da visão conservadora ou comportamentalista; Propôs ações para sustentabilidade do campo no município de Pinheiral-RJ.



**Figura 8** - Abordagem da EA Emancipatória.

Fonte: Coordenação do curso em Pinheiral.

Além das abordagens acima citados durante o curso, os alunos da formação de agentes populares receberam um material físico de apoio do MMA, que foi distribuído pela equipe, para auxiliar seus estudos em domicílio. O kit recebido é composto por 7 (sete) livros separados em volumes trazendo diversos assuntos de encontro com os conteúdos trabalhados nas atividades presenciais e na plataforma virtual.

O Volume 1 aborda questões relacionadas à “Educação ambiental e agricultura familiar no Brasil: aspectos introdutórios” MMA, 2015. Estão descritos nesse volume a história da questão ambiental; definição de EA; a questão ambiental e as agriculturas alternativas; Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA); Educação ambiental e desenvolvimento sustentável; Agricultura familiar no Brasil; Grupos que se destacam no contexto da agricultura familiar; O Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar (PEAAF).

No Volume 2 relacionado ao “papel do agente popular de educação ambiental na agricultura familiar” MMA (2015), traz assuntos a fim de mobilizar, motivar e transformar a realidade socioambiental local através do incentivo a população da comunidade local.

O Volume 3 trás o “Cenário socioambiental rural brasileiro e as formas de organização social e produtiva no campo e na floresta” abordando a questão agrária no Brasil em seu espaço e território em relação ao campesinato e agronegócio; produção de alimentos; agroextrativismo; lutas camponesas; revolução verde e suas alternativas.

No Volume 4 “O Planeta Terra: um sistema vivo” está contido assuntos como vida na terra, seus sistemas, visão da Terra como ser vivo, biodiversidade etc; biomas brasileiros e suas peculiaridades.

No Volume 5 intitulado “Sustentabilidade e agroecologia: conceitos e fundamentos” frisa-se a sustentabilidade na agricultura e suas formas alternativas; agroecologia e seus aspectos fundamentais.

Já no Volume 6 está concentrada a temática sobre os “Fundamentos e estratégias pedagógicas para a educação ambiental na agricultura familiar” difundindo os fundamentos para a prática pedagógica de acordo com a práxis, trabalho/natureza/cultura, educação e identidade cultural, realidade como ponto de partida e demonstrando que todos nós somos educadores e educandos ao mesmo tempo; falando ainda das estratégias pedagógicas para a educação ambiental na agricultura familiar explicando como fazer um diagnóstico socioambiental do território, salientando a pesquisa-ação participante, estimulando a investigação de geradores e educomunicação.

Finaliza o Kit com o Volume 7 onde propõe a promoção de “Ações para a sustentabilidade no campo”, apoiando as ações para a sustentabilidade no campo; evitar práticas degradadoras na agricultura; utilizar práticas sustentáveis na agricultura e sistemas de produção com bases agroecológicas; auxiliando na gestão dos recursos hídricos / manejo de

paisagens e áreas protegidas por lei; gestão de resíduos sólidos, tóxicos e contaminantes, esgotamento sanitário; e a relação entre campo e cidade, com economia solidária, comercialização, certificação e consumo.

Os documentos acima relatados foram utilizados pelas formadoras ao conduzir as a formação dos agricultores para o curso.

## **8.2 Analisando a Formação por meio das Entrevistas aos Formadores**

O processo de formação foi realizado pela equipe do Departamento de Educação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente, com a coordenação acompanhada de uma tutora também atuante no departamento. As formadoras foram responsáveis por aplicar o conteúdo metodológico fornecido pelo ao programa, além orientarem as aulas presenciais, desenvolvendo as oficinas e acompanhando o acesso dos alunos a plataforma virtual além de promover a integração e a troca de experiências entre os participantes, valorizando a convivência coletiva. Foram entrevistadas a equipe para que possamos perceber a formação intencionada e pretendida por elas, haja visto que a equipe era formada por integrantes do sexo feminino, sendo orientadas por perguntas geradoras afim de proporcionar total liberdade para relatos e opiniões. Manteremos assim o anonimato dos entrevistados, deixando apenas o texto a refletir o pensamento do corpo docente e quando necessário iremos expor as respostas na íntegra.

Quando questionamos a cerca da caminhada na área da educação ambiental, todas as formadoras disseram ter vasta experiência na área, atuando a mais de década com educação ambiental no município.

Ao serem perguntadas sobre seus engajamentos no desenvolver do curso as formadoras demonstraram grande empenho e disseram que deram seu melhor a fim do sucesso do curso; mostraram grande entusiasmo na realização do curso visto que a participação do município no PEAAF foi demandado por esta equipe. Apreciaram a aproximação com os agricultores familiares e a utilização da ferramenta virtual para a formação.

As formadoras avaliam sua participação no programa de forma satisfatória salientando que como os conteúdos já vinham prontos do MMA sua participação limitava-se a conduzir as aulas fornecidas, monitorar a participação dos alunos e instigar questionamentos a cerca dos temas trabalhados no material. Relataram também que a formação dada pelo MMA à equipe formadora foi realizada de forma simplista pelo MMA, uma das entrevistadas relata “A gente foi lá pra Brasília, mas foi mais para plataforma digital. Não teve muito com o conteúdo” e completa dizendo “eu acho que lá tinha que ter um pouquinho mais da parte teórica, para capacitar a gente. Até porque, quem poderia se inscrever para ser formador não precisava ter formação na área, né eu até tinha” relatou a formadora 2, demonstrando de forma insatisfatória a formação que a equipe teve a cerca dos conteúdos a serem abordados com os alunos. Segundo as entrevistas esta formação teve duração de 3 dias. Sobre o conteúdo, afirmaram que “Se falou muito em educação ambiental, tanto formal quanto informal, essa importância de o produtor, a questão da produção orgânica, do uso sustentável da terra, de falar isso dentro de sala de aula para os alunos” “e também a importância de divulgar pra população, de como que isso é feito, dessa harmonia entre meio ambiente e agricultura”, relatou a formadora 1.

Em se tratando da abordagem em educação ambiental no material a equipe relatou com empolgação a qualidade do mesmo no que refere ao estímulo ao questionamento dos alunos, mas lamenta o material possuir uma linguagem técnica e rebuscada “O material eu achei muito bom, mas muito técnico. Muitas coisas ali a gente tinha que pular, por que se não eles não iam se interessar né. Por que eles querem uma visão mais aberta, uma coisa mais prática, mais rápida. O curso, acho, que precisaria de mais momentos práticos, e ser uma proposta mais rápida, com mais objetivo, mais focado né.” “talvez uma forma mais simples.

Eu acredito que uma cartilha para eles seria o ideal” formadora 1 comentando a dificuldade que os agricultores possuíam de acompanhar o conteúdo. Como a formação de agentes populares de Pinheiral foi aberta ao público geral, houve muitas inscrições de curiosos na área e alunos do colégio técnico agrícola e áreas afins do município. E continua “porém as pessoas que vieram de fora, de curso de faculdade, de cursos técnicos foi um material riquíssimo, com certeza acrescentou muito no trabalho deles, principalmente daqueles que não tinha uma relação à educação ambiental, principalmente desse público, a gente vê que foi bem rico”. As entrevistadas relataram uma tentativa de adaptação do conteúdo com a finalidade de que os agricultores pudessem alcançar as discussões, “a gente tentou máximo adaptar esse material aos agricultores os produtores, a gente só conseguia fazer isso durante as aulas práticas, infelizmente no processo do fórum era difícil, na plataforma. Na plataforma eles praticamente não participaram” completou a formadora 1.

As entrevistadas afirmam a facilidade em lidar com os agricultores, onde os mesmos sempre estavam presentes na secretaria para atualização de cadastros, com incentivo a feira orgânica, a entrevistada 1 relatou ter uma relação próxima já que na “época a alimentação das escolas era comprado com eles” os agricultores, e relataram que “Hoje a gente tem a relação tão legal com eles que a gente vai na casa” afirmando que ainda desenvolvem projetos com agricultores como ““A escola vai a horta”, que a gente levou os alunos nas propriedades para que os alunos pudessem conhecer um pouco mais sobre como vem” continuando o contato com os mesmos.

Ao tratar do processo de formação e o papel dos formadores frente à formação, as entrevistadas relataram que o conteúdo e tópicos abordados durante as aulas teóricas orientadas por elas vinham prontos e eram “fechados” onde “A gente tem material pronto já para trabalhar com eles. Então nosso papel era só monitorar mesmas perguntas, monitorar e levar as perguntas mesmo, levar eles a questionar, era mais nesse sentido. Porque assim, as perguntas e o conteúdo já vinha tudo pronto.” expõe a formadora 1.

Questionadas sobre o que as formadoras mudariam no curso, questões como a abordagem no material enviado pelo MMA é relatado, visto a dificuldade dos agricultores em acompanhar o conteúdo, sendo a resposta da mesma formadora entrevistada enfática: “o grande sonho da gente aqui é trazer o curso mas com uma outra roupagem, aproveitar o material que eles têm, e trazer o curso de forma presencial, não mais no ambiente online, para que eles possam ter uma interação maior, que a gente possa adaptar o conteúdo para que a eles se sirvam desse material, que é um material muito rico. E então adaptar a mesma linguagem deles, a realidade dos nossos produtores aqui hoje, porque eles são muito participativos”. Relataram ainda a dificuldade dos agricultores ao manusear os computadores e acessar a internet em suas residências dizendo que “eles não tinham só dificuldade de conteúdo, eles tinham dificuldade também de manuseio do computador na interação” “eles tem muito essa dificuldade também com o computador” afirmando que “além de na área rural não ter nem internet, na área é bem precária essa situação” conclui a formadora 2.

Ainda podemos apontar a divergência e implícita dificuldade na participação efetiva da formação em relação aos agricultores visto que o curso teve “pouca gente da agricultura familiar mesmo inscrito” relata a formadora 2, em contrapartida a formadora 1 relatou que “boa parte dos Agricultores participaram conosco” se contradizendo mais a frente relatando que “a demanda que veio, foi alunos do curso técnico de agricultura que aqui do Instituto do IF aqui do campo de Pinheiral, alunos de faculdade na área de engenharia ambiental, engenharia Florestal, a gente teve alunos de agronomia os alunos que se inscreveram estavam voltados para essa área”.

Observando as entrevistas acima apontamos para o fato de que poucos agricultores familiares se inscreveram para participar do curso, dentre os que participaram sentiram grande dificuldade em acompanhar as aulas teóricas e o material fora a limitação em relação a

interação com a ferramenta digital, na falta de habilidade com computadores e acesso a internet em suas respectivas residências.

### 8.3 Avaliação dos Formandos

Na avaliação com os alunos do curso de formação de agentes populares a respeito do aprofundamento e reflexão sobre a questão ambiental. Para que tal avaliação fosse realizada contamos com a colaboração do Departamento de Educação Ambiental, que mantinha contato com alguns participantes, assim limitou-se a realização das entrevistas apenas com os alunos indicados, vista a dificuldade em contactar os mesmos. Ao todo, se considerarmos todos os passos da pesquisa, houve a efetiva participação de 22 integrantes. Num total foram avaliadas 9 (nove) pessoas, sendo elas 2 (duas) formadoras, compondo o quadro total de formadores fixos, e 7 alunos que comporam o quadro total de 22. O número reduzido de questionários deve-se ao fato da pesquisa ter ocorrido a mais de 2 anos após o curso oferecido, visto que a formação se deu no início de Março de 2016, a pesquisa deu em 2017 e as entrevistas foram realizadas no final de 2018.

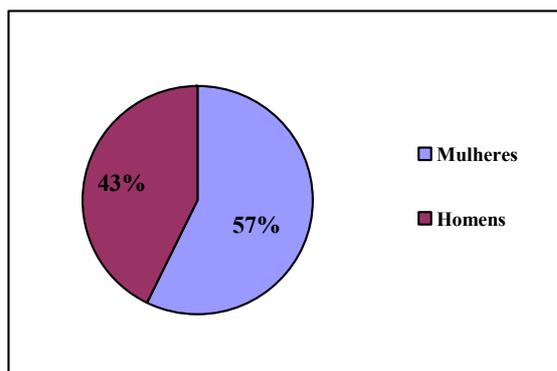
Uma grande preocupação para os pesquisadores é acerca do número de sujeitos necessários para a validade da pesquisa. O número de entrevistados pode variar muito dependendo do enfoque da pesquisa a ser realizada, de acordo com Duarte:

Numa metodologia de base qualitativa o número de sujeitos que virão a compor o quadro das entrevistas dificilmente pode ser determinado a priori –tudo depende da qualidade das informações obtidas em cada depoimento, assim como da profundidade e do grau de recorrência e divergência destas informações. Enquanto estiverem aparecendo “dados” originais ou pistas que possam indicar novas perspectivas à investigação em curso as entrevistas precisam continuar sendo feitas. (DUARTE, 2002, pp. 143 - 144).

A partir dessa linha de raciocínio, Richardson (1999, p. 102) diz que “o objetivo fundamental da pesquisa qualitativa não reside na produção de opiniões representativas e objetivamente mensuráveis de um grupo; está no aprofundamento da compreensão de um fenômeno social por meio de entrevistas em profundidade e análises qualitativas da consciência articulada dos atores envolvidos no fenômeno”. Podemos dizer assim que a validade de uma pesquisa não se dá apenas pelo tamanho da amostra, como ocorre na pesquisa quantitativa, mas se dá de acordo com a profundidade com que o estudo é conduzido. Trivinos (2008) ainda nos lembra que na pesquisa qualitativa recursos aleatórios podem ser usados para fixar a amostra. Nesse caso, pode-se decidir intencionalmente o tamanho da amostra, considerando uma série de condições, como sujeitos que sejam essenciais para o esclarecimento do assunto em foco, segundo o ponto de vista do investigador, facilidade para se encontrar com as pessoas, tempo dos indivíduos para a entrevista e assim por diante.

As perguntas feitas através de questionário semi-aberto procuraram avaliar os seguintes pontos: o perfil dos alunos; sua formação pessoal; envolvimento com o programa e a experiência ao participar da formação.

Observaremos as informações adquiridas durante a aplicação do questionário aos alunos, onde foi possível perceber questões como a predominância do sexo feminino, apesar de relatarem as várias atribuições e responsabilidades exercidas por elas em seu cotidiano, diferentemente dos homens que além do trabalho que lhe fornece a renda tem parte do dia livre. Segundo o Censo Agropecuário (IBGE, 2017), estão entre os produtores cerca de 54.435 homens e 10.226 mulheres atuando em áreas agrícolas.

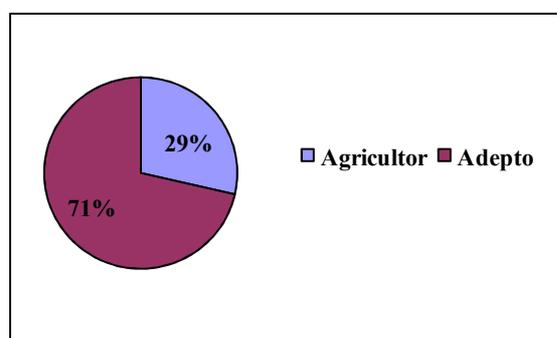


**Figura 9** - Gênero dos alunos do curso.

Fonte: Autora.

As mulheres vem conquistando espaço para além da casa no ambiente rural, auxiliando no processo de produção, comercialização, beneficiamento, e incorporação de novas técnicas e habilidades na lida. Por isso verificamos uma maior expressão na participação de mulheres nesta formação, onde a mesma atua na lida de forma mais "leve" para complementar a força masculina ao mesmo tempo em que cumpre suas atividades cotidianas com a família. O gráfico acima demonstra assim a busca da mulher camponesa em adquirir novos conhecimentos a fim de repensar para engrandecer sempre sua produção, principalmente as envolvidas com as questões ambientais e de agricultura sustentável.

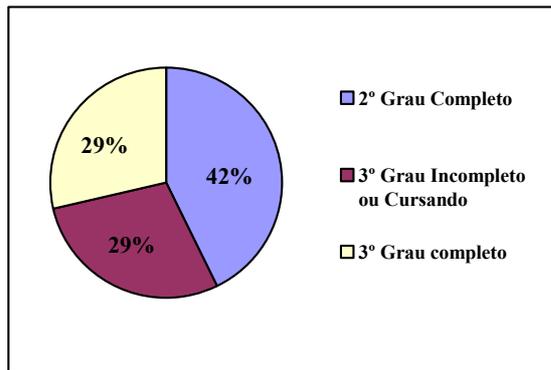
Questionamos o envolvimento dos cursistas com a agricultura, visto que o público alvo do PEAAF é os agricultores familiares. Percebemos abaixo grande participação de adeptos à questão da agricultura, como alunos do instituto federal de Pinheiral, moradores em geral do município e até mesmo o quadro de funcionários da secretaria do qual o curso foi ofertado.a



**Figura 10** - Afinidade dos alunos com a agricultura.

Fonte: Autora.

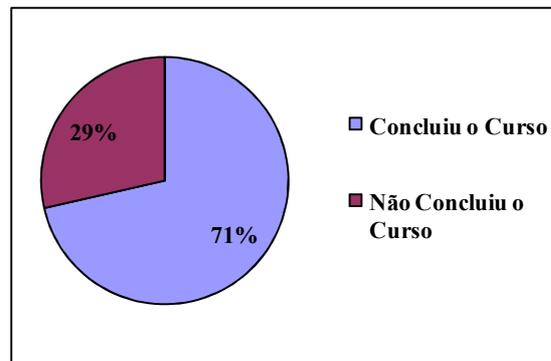
De acordo com o Censo Agropecuário (IBGE, 2017), cerca de 58.401 agricultores sabem ler em relação a 6.260 agricultores que não possuem essa habilidade. Podemos perceber com o quadro abaixo que a escolaridade dos participantes entrevistados varia de 2º grau completo à 3º grau completo.



**Figura 11** - Escolaridade dos alunos do curso.

Fonte: Autora.

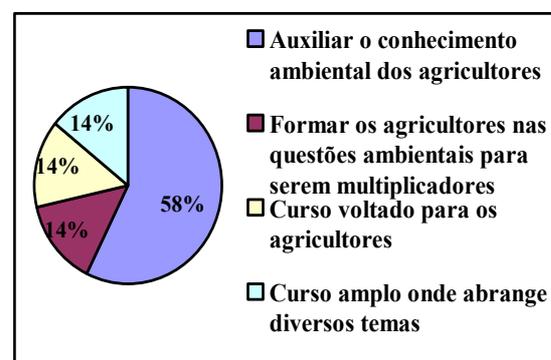
Segundo o quadro abaixo, constatamos a partir dos dados da evolução da pesquisa, que o número de participantes que concluiu o curso variou, onde dos 7 entrevistados apenas 5 concluíram o curso, os 2 alunos que não concluíram são agricultores.



**Figura 12** - Variação na conclusão do curso.

Fonte: Autora.

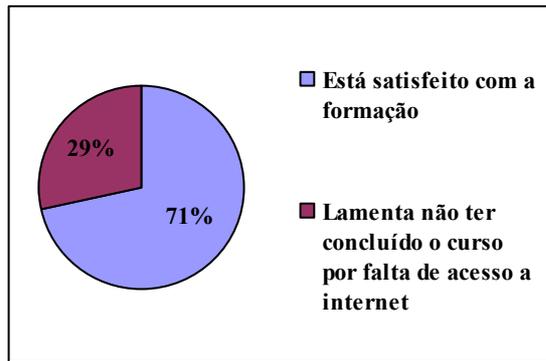
Perguntamos aos alunos o que eles entendiam do programa, qual seria a finalidade daquele curso, os mesmos responderam da seguinte maneira:



**Figura 13** - Como os alunos entendem o programa.

Fonte: Autora

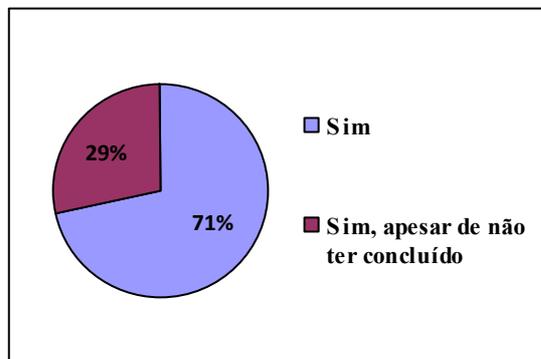
Em geral os integrantes avaliam sua formação de acordo com duas vertentes:



**Figura 14** - Como os alunos avaliam a formação.

Fonte: Autora.

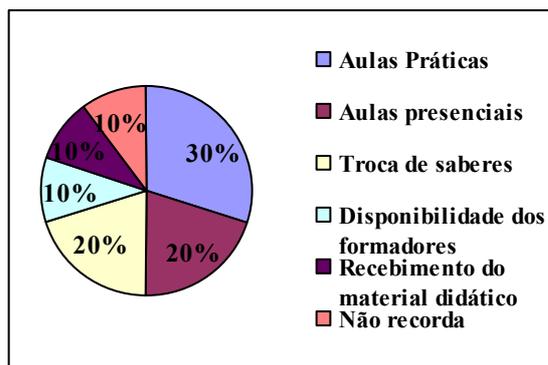
De acordo com a expectativa dos alunos a respeito do curso, verificamos assim se foi correspondida no gráfico abaixo.



**Figura 15** - Expectativa dos alunos a respeito da formação.

Fonte: Autora.

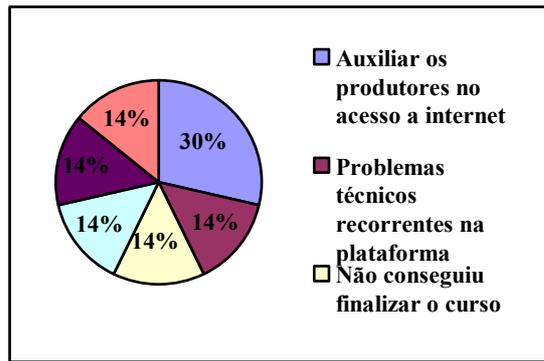
A respeito dos momentos positivos do curso, os alunos responderam de diversas formas como vemos abaixo.



**Figura 16** - Momentos positivos do curso.

Fonte: Autora.

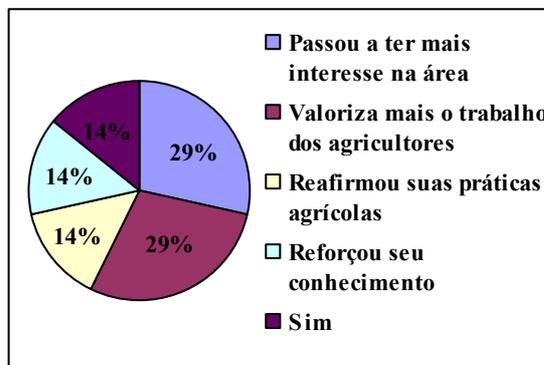
A respeito dos momentos negativos do curso, os alunos responderam de acordo com o gráfico abaixo.



**Figura 17** - Momentos negativos do curso.

Fonte: Autora.

Sobre a reavaliação das práticas usadas no seu dia a dia e modificação do seu cotidiano:

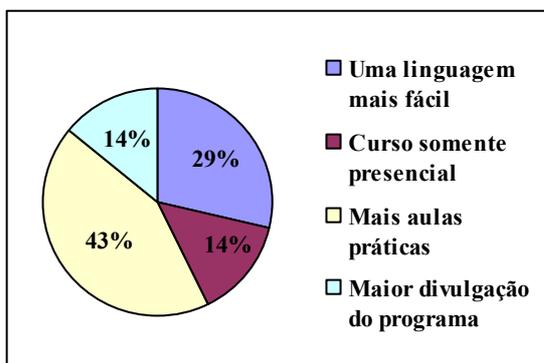


**Figura 18** - Reavaliação de suas práticas agrícolas.

Fonte: Autora.

Demonstrando acima a relevância do PEAAF para uma mudança no nosso cenário rural e sua potencial transformação nos territórios.

Questionamos também aos alunos a respeito da formação, o que os mesmos mudariam o melhorariam na formação fornecida pelo PEAAF.



**Figura 19** - O que os alunos melhorariam no curso.

Fonte: Autora

A partir da aplicação dos questionários, foi possível perceber a motivação que implicou para que os alunos do curso analisados nesta pesquisa não obtivessem sucesso em concluir o curso. Apontando questões como a dificuldade em acompanhar teoricamente as atividades visto que o conteúdo do material é relativamente complexo, além de apresentarem

dificuldade no acesso a computadores e a rede de internet ao se tratar de agricultores que residem no campo.

#### 8.4 Discutindo os Resultados

A questão norte nessa pesquisa refere-se ao direcionamento das atividades durante o processo de formação pelas formadoras. Atentamos assim qualidade destas práticas educativas e do processo de enraizar a reflexão ambiental. O que se observa historicamente é que: “Os educadores, apesar de bem-intencionados, geralmente ao buscarem desenvolver atividades reconhecidas como de educação ambiental, apresentam uma prática informada pelos paradigmas da sociedade moderna” (Guimarães, 2006: 23), paradigmas esses que não dão conta de abordar a questão ambiental como todo em seu aspecto complexo, já que as práticas educativas geralmente estão inseridas no paradigma da educação ambiental conservadora.

Haja vista que as atividades possuíram conteúdos amarrados pelo MMA que atua de acordo com o PNEA ao ter como corrente norteadora a EA crítica, as expectativas relativas a tal processo educacional se torna exponencial. Trazendo a reflexão da EA de acordo com a EA crítica, onde explicita que

“A educação ambiental crítica e emancipatória exige que os conhecimentos sejam apropriados e construídos de forma dinâmica, coletiva, cooperativa, contínua, interdisciplinar, democrática e participativa, voltados para a construção de sociedades sustentáveis” (TOZONI-REIS, CAMPOS, 2006)

Esperamos que a educação tome uma postura diferente relacionado a questão paradigmática que enfrentamos, onde “A ‘armadilha paradigmática’ que os torna reféns [os educadores] não é uma prática conservadora ideologicamente assumida por esses educadores. Essa se dá pela própria influência dos paradigmas que nos leva muitas vezes a agir inconscientemente, por não saber fazer diferente e ‘porque sempre foi assim por aqui’” (Guimarães, 2006: 27).

Ao analisarmos as informações dos dados obtidos e visto que tendemos a seguir um processo indutivo e até mesmo intuitivo, Richardson (1999) nos lembra que a pesquisa qualitativa é especialmente válida em situações em que se evidencia a importância de compreender aspectos psicológicos cujos dados não podem ser coletados de modo completo por outros métodos, devido à complexidade que encerram (por exemplo, a compreensão de atitudes, motivações, expectativas e valores), como as experiências vivências ao longo da vida dos alunos e a reflexão interior proporcionada através da formação.

Podemos perceber no material recebido pelos alunos, que há um direcionamento à reflexão complexa da questão ambiental. Nele é explicitado o fundamento das práticas pedagógicas utilizadas para a formação dos agentes populares. Relata que a formação se baseia nos parâmetros da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), “A PNEA reforça a necessidade de capacitação dos trabalhadores para as atividades de gestão ambiental, visando a melhoria e o controle efetivo sobre as repercussões do processo produtivo no meio ambiente” (MMA, 2015), justificando a atuação. E ainda completa dizendo que

“O art.13 da PNEA trata da educação ambiental não formal, que engloba “as ações e práticas voltadas a sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente” [...] Esperamos assim, favorecer a ação coletiva, organizada e qualificada dos grupos sociais, para a defesa da qualidade ambiental” (MMA, 2015, p.09-10)

O Programa ainda propõe em seu âmbito fornecer uma capacitação de acordo com educação ambiental crítica, transformadora e emancipatória

“Conforme Quintas (2007, p.139-140), crítica na medida em que discute e explicita as contradições do atual modelo de civilização, da relação sociedade-natureza e das relações sociais que ele instituiu. Transformadora, porque ao pôr em discussão o caráter do processo civilizatório em curso, acredita na capacidade de a humanidade construir outro futuro a partir da construção de outro presente e, assim, instituindo novas relações dos seres humanos entre si e com a natureza. É também emancipatória, por tomar como valor fundamental da prática educativa a produção da autonomia dos grupos subalternos, oprimidos e excluídos, a superação das assimetrias e consequentemente da sociedade” (MMA, 2015, p.11)

O material fornecido aos agricultores pelo programa traz autores coincidentemente encontrados nesse trabalho, como Paulo Freire, Saviani, Layrargues, Brandão, Tozoni-Reis, Loureiro, visto a compatibilidade na corrente norteadora da educação ambiental crítica, e traz outros autores renomados como Morin, Meyer, Thiollent, Viezzer dentre outros pois direciona suas atividades de acordo com a pesquisa-ação participante.

De acordo com as apostilas fornecidas no kit (mencionado no tópico 8.1) utilizado na formação dos alunos, MMA (2015, p.48) segue-se a pesquisa-ação participante pois acredita-se que

“Sua pretensão é possibilitar o desenvolvimento do “nível de consciência” e do conhecimento dos envolvidos. Portanto, os princípios teórico-metodológicos da pesquisa-ação participante aproxima-se dos princípios teóricos metodológicos da educação ambiental crítica”.

É importante salientar que o material traz informações abrangentes sobre a questão socioambiental, dizemos isso com grande satisfação visto que traz conteúdos completos sobre a EA emancipatória. No MMA (2015, P.12) há comparação com a finalidade de confrontar a visão emancipatória da EA em contrapartida a visão conservacionista através do contextualização de eixos principais colocado por eles. Como à condição do homem de ser na natureza, mostrando que na EA crítica o ser humano faz parte do contexto natural; quanto a condição existencial do indivíduo, mostrando que somos fruto de mediações múltiplas sociais frente à individualidade abstrata da racionalidade conservadora/comportamentalista; quanto ao entendimento do processo de formação, traz a educação como práxis pautada no processo crítico, problematizador e transformador frente a realidade do indivíduo em contrapartida ao processo comportamentalista, instrumental de “adequação dos sujeitos a uma natureza vista como harmônica e como processo facilitador da inserção funcional destes na sociedade”; em relação à finalidade do processo educativo ambiental, traz a “busca por transformação social, o que engloba indivíduos, grupos e classes sociais, culturas e estruturas, como base para a construção democrática de “sociedades sustentáveis” e novos modos de se viver na natureza, em contrapartida a visão conservacionista que trás na mudança cultural e individual suficiência para mudar as relações sociais, “adotando geralmente uma abordagem funcionalista de sociedade e organicista de ser humano”.

Visto que os formadores estavam presos ao desenvolvimento desses conteúdos abrangentes por serem monitorados através da realização das atividades complementares na plataforma pelos alunos, podemos entender que tal trabalho possibilitou uma contextualização rica em se tratando das questões ambientais em seu cotidiano.

Ao contextualizar a quebra de padrão imposto pela sociedade, a partir do contexto socioambiental apresentado, é necessário propor, assim como apresentado na condução do programa através de novas abordagens para o campo da educação. Os pensamentos hegemônicos são de caráter simplista, visando a produção de massa de manobra de questões

políticas, reproduzindo padrões de exclusão social, fomentando o pensamento fragmentário que isola os fatos sem contextualizá-los. Esta forma de pensar/analisar consolida um padrão de consciência que mantém uma insustentável relação com o ambiente, ao reforçar o *status quo*. Isso é o que Edgar Morin chama de paradigma disjuntivo e com isso teoriza sobre “pensamento complexo” contrapondo-se ao pensamento simplificador, que recorta a realidade em fragmentos isolados: [...] O pensamento complexo é o pensamento que quer pensar em conjunto as realidades dialógicas/poli lógicas entrelaçadas juntas (complexos)” (MORIN: 2001, 429)

O conteúdo utilizado na formação trás também estratégias pedagógicas para a ação dos agentes com através da educação ambiental na agricultura familiar atuando nas comunidades agrícolas. Direcionando a realização de um diagnóstico socioambiental do território a partir do apontamento da vulnerabilidade socioambiental, potencialidade socioambiental, problema socioambiental e conflito socioambiental.

Também trás como estratégias pedagógicas para a EA na AF a investigação de temas geradores, e surpreende nos demonstrando que

“Segundo Paulo Freire, os temas são chamados de geradores porque qualquer que seja a natureza de sua compreensão, como a ação por eles provocada, contém em si a possibilidade de desdobrar-se em outros tantos temas que, por sua vez, provocam novas tarefas históricas a serem cumpridas” (MMA, 2015, p.53)

Auxilia na organização do conteúdo programático da educação refletindo novamente na fala de Paulo Freire desta vez a cerca de uma educação dialógica. Estimula temas geradores para a prática dos agentes populares. Também fazendo alusão a conteúdos de intervenção cultural como vídeos, fotos, dentre outros. Estimula a comunicação democrática pela educomunicação com a intencionalidade de “dar a comunicação intencionalidade educativa” a cerca do trabalho prático dos agentes populares na comunidade.

Visto que o programa é realizado graças à luta popular dos agricultores familiares, permitindo assim estrategicamente o fomento. O conteúdo utilizado pela equipe formadora durante as aulas teóricas aborda temas geradores de grandes e intermináveis discussões, visto a sua complexidade.

Acreditamos que o sujeito educando, deve configurar seu estudo de acordo com a estrutura de pensamento contra- hegemônico, caso contrário, tende a contribuir na reprodução desse padrão em que estamos inseridos. Assim, a abordagem de uma pedagogia problematizadora atua como forma de desfazer as barreiras construídas pelos próprios indivíduos como o ser humano em sua complexidade.

A prática educativa, não sendo neutra, requer uma responsabilidade com o contexto em que está inserido de acordo com suas reais demandas e questionamentos dos sujeitos envolvidos. “Por isso ensinar é um ato criador, um ato crítico e não mecânico. A curiosidade do (a) professor (a) e dos alunos, em ação, se encontra na base do ensinar-aprender” (FREIRE, 1921:42).

De acordo com a utilização da PNEA, na formação dos agentes, esperamos que como a mesma permeia em seu art. 2 determinando que: “ A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades de processo educativo, em caráter formal e não formal” (PNEA, 1999).

Sabemos que a Educação Crítica propõe ampliar a relação do sujeito educando e do educador com o meio ambiente, superando a contradição de que o educador deposita o conhecimento sobre o educando, visto que a perspectiva é a transformação integral do ser. A principal proposta desse tipo de EA é construir uma sociedade pautada por novos patamares civilizatórios e societários distintos, baseada na ética ecológica. Percebemos assim que tais

questões levantadas de acordo com a análise bibliográfica realizada engrandecem a formação do indivíduo complexo buscado aqui nesta pesquisa.

Assim almejou-se neste trabalho que a abordagem à comunidade popular atendida se faça, não para levar-lhes uma mensagem “sabedora”, em forma de conteúdo a ser depositado, mas sim para construção através da condução em diálogo com eles, a fim de conhecer não só a *objetividade* em que estão, mas contextualizar a consciência que tenham dentro dos vários níveis de percepção de si mesmos e do mundo em que e com que estão.

## 9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa proposta logo no início da pesquisa era analisar os processos educativos do programa, de forma a acompanhar a aprendizagem no curso de Agentes Populares em Educação Ambiental proporcionado pelo Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar no Município de Pinheiral no Estado do Rio de Janeiro.

Para que isso fosse possível era necessário acompanhar as aulas e oficinas. Visto que não houve essa possibilidade pela formação ter ocorrido antes da realização desta pesquisa, redirecionamos a pesquisa a fim de abordar de forma mais abrangente a análise documental e o diagnóstico com os componentes do curso. Para que fosse possível a avaliação dos processos de formação e condução da questão ambiental de forma crítica-emancipatória.

Esta pesquisa foi constituída a partir de um estudo de caso com caráter exploratório, de acordo como descrito na metodologia. Para as autoras Lüdke e André (1986), o que vai determinar a escolha da metodologia é a natureza do problema. Para que a realidade complexa seja estudada com rigor científico necessitará dos subsídios encontrados na vertente qualitativa de pesquisa. Isso pelo fato de haver uma atenção com o preparo do planejamento, com o controle da pesquisa, com a escolha do objeto, dentre outras visto a particularidade perspectiva analisada.

Nós primeiramente elucidamos a condução histórica das questões agrícolas no território explorado, visando contextualizar sua realidade.

Relatamos a forma como surgiu do ponto de vista político o curso aqui relatado, os princípios norteadores do programa, além de elucidar as experiências que já foram realizadas.

Refletimos sobre a crise socioambiental em que se encontra a sociedade atual e no Brasil, juntamente com apontando algumas das causas e tentativas de solução que foram empregadas pela sociedade civil e pelo Poder Público, trazendo o olhar da pesquisadora na busca de uma Educação Ambiental mais crítica.

Abordamos a realidade da agricultura familiar no Brasil junto ao saber adquirido no cotidiano do campo e o agroecossistema utilizado para difundir suas práticas.

Refletimos sobre os materiais que foram utilizados para realizar tal pesquisa, juntamente com a avaliação dos participantes no processo educativo.

E percebemos assim que de acordo com o trabalho discutido acima, o PEAAF é um programa que abarca questões fundamentais ao desenvolvimento do campo brasileiro. A sua relação de formação na agricultura familiar frente à possibilidade do caminhar de indivíduos críticos a cerca das problemáticas ambientais atuais possibilitando uma intervenção fundamentada caminho às Sociedades Sustentáveis, onde tal formação implica na sobrevivência planetária.

Atuando de acordo com os parâmetros da Política Nacional de Educação Ambiental utilizando a educação ambiental crítica-emancipatória para encaminhar as discussões pretendidas no curso de Agentes Populares de Educação Ambiental na Agricultura familiar. Percebe-se de acordo com as discussões acima que o curso forneceu todas as possibilidades para que a EA do ponto de vista socioambiental fosse trabalhada, haja vista sua ação.

Esse programa demonstra através da demanda popular a necessidade de difundir pesquisas e formações pensadas em atender a realidade do campo brasileiro. Não podemos nos abster da dificuldade encontrada pelos agricultores em relação à realização do curso, frente à demanda da lida no campo, à dificuldade de lidar com a área tecnológica e acesso a internet e ao lidar com o linguajar rebuscado e dos conteúdos profundos abordados no material. Além dessas questões, não podemos também ignorar o fato que os agricultores tiveram uma presença pouco representativa no curso, já que maior parte de seus formandos foi composto por docentes em Nível Técnico e de Graduação, onde conseguiram aproveitar de forma satisfatória o conteúdo apresentado, com maior sucesso na conclusão do curso.

Visto isso, procuramos atender aqui aos parâmetros engendrados e esperados na elaboração de uma dissertação em paralelo a possíveis abordagens com a utilização de linguagem simples, com a finalidade de contemplar a pesquisa científica e a difusão da pesquisa popular retornada para reavaliação e reconhecimento do objeto de estudo, o agricultor.

A formação conduzida pelos formadores do Departamento de Educação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente do Município de Pinheiral no Estado do Rio de Janeiro levou, de uma maneira geral, em consideração com a observação pretendida frente a Educação Ambiental Crítica-Emancipatória. Onde relatou-se uma mudança de comportamento dos indivíduos ali formados ao analisarmos o discurso nos questionários aplicados.

É importante lembrar a importância do caráter libertador da educação permite:

“Romper com esse sentimento de ser menos dos oprimidos- e promover pela educação crítica, a realização (práxis) de ser mais, é um processo emancipador e transformador das relações sociais e das subjetividades presentes na dinâmica sociometabólica em direção à outra sociedade” (FREIRE, 1992).

Concluimos assim afirmando que reforçamos a esperança na transformação da sociedade em prol da equidade socioambiental, por meio de práticas educativas críticas e integradas às realidades dos territórios e que permeiam as relações intersubjetivas.

## 10 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A Agricultura Familiar e o debate do Novo Código Florestal: O modelo de desenvolvimento do campo em pauta - ONG Repórter Brasil. Retirado de: <[https://reporterbrasil.org.br/documentos/agricultura\\_familiar\\_2011.pdf](https://reporterbrasil.org.br/documentos/agricultura_familiar_2011.pdf)> Acesso em 2018.

ABRAMOVAY, Ricardo; PIKETTY, Marie Gabrielle. Politique de crédit du programme d'appui à l'agriculture familiale (Pronaf): résultats et limites de l'expérience brésilienne dans les années 1990. Cahiers Agricultures, v.1, n. 14, p. 25-29, 2005.

ABRAMOVAY, Ricardo; VEIGA, José Eli da. Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Brasília: Fipe, Ipea Nacional, 1999. (Texto para Discussão, n. 641).

ADAMS, Cristina. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. Revista de Antropologia, 43:145-182,2000.

AGENDA 21. In: CNUMAD - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio/92). Capítulo 36. Rio de Janeiro. 1992.

ALVES, L. E. S. A educação ambiental e a pós-graduação: um olhar sobre a produção discente. 2006. 178 f. Dissertação (mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith & GEWANDSZNAJDER, Fernando, O método nas ciências naturais e sociais: Pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1998.

ALTIERI, M. Agroecologia: bases para científicas para uma agricultura sustentável. – Guaíba :Agropecuária. 2002

\_\_\_\_\_. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3. ed. São Paulo: Expressão popular; Rio de Janeiro: AS-PTA, 2012. 400p.

Anjos F S (2003) Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil. EGUFPEL, Pelotas, RS.

Articulação Semiárido Brasileiro – ASA. Encontrado em: < <http://www.asabrasil.org.br/>> Acesso em 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Informação e Documentação – Referências – Elaboração. NBR 6023, agosto/2002.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de política. 7. Ed. Brasília: UnB, 1995.

BOFF, Leonardo. Saber Cuidar: Ética do humano, compaixão pela Terra. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1999, 200p.

\_\_\_\_\_. A opção Terra, a solução para a terra não cai do céu. Rio de Janeiro. Record, 2009

Brasil. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm)

BREVES CAFÉ: História do café no Brasil Imperial. Retirado de: <<http://brevescafe.net/>> em 2018.

BRUMER, Anita. Transformações e estratégias produtivas na produção familiar na agricultura gaúcha. Cadernos de Sociologia. Porto Alegre, v.6, n.1,p. 98-11, 1994.

CALDART, Roseli Salete. Sobre educação do campo. III Seminário do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Luziânia, Goiás, 2012. Disponível em <[http://web2.ufes.br/educacaodocampo/down/cdrom1/ii\\_03.html](http://web2.ufes.br/educacaodocampo/down/cdrom1/ii_03.html)> Acesso em 19 de mar. de 2017.

CANUTO, J. C.; SILVEIRA, M. A. da; MARQUES, J. F. O sentido da agricultura familiar para o futuro da agroecologia. Ciência & Ambiente, Santa Maria, v. 1, n.1, p. 57-63, 1994.

CAPORAL, F. R; COSTABEBER, J. A. Agroecologia: alguns conceitos e princípios. Brasília : MDA/SAF/DATER-IICA, 2004, 24p.

\_\_\_\_\_. Agroecologia. Enfoque científico e estratégico. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 13-16, abril./junho. 2002.

CARNEIRO, Maria José. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do PRONAF. Estudos Sociedade e Agricultura, n. 8, p.70-82, 1997.

CARVALHO, Horacio de. O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. São Paulo: Vozes, 2005.

\_\_\_\_\_, I. M. A invenção do sujeito ecológico: Identidade e subjetividade na formação dos educadores ambientais. 2005.

\_\_\_\_\_, I. M. de; TOMAZELLO, M. G. C.; OLIVEIRA, H. T. de. Pesquisa em educação ambiental: panorama da produção brasileira e alguns de seus dilemas. Caderno Cedes, Campinas, vol. 29, n. 77, jan./abr. 2009, p. 13-2713. Disponível em: . Acesso em: 16 set. 2018.

CARVALHO, V. S. de. Reflexões sobre a dinâmica entre Educação Ambiental e Desenvolvimento Comunitário: o lado verde da linha amarela. In : PEDRINI, A. G. (Org.). O Contrato Social da Ciência, unindo saberes em Educação Ambiental. Petrópolis, Vozes, 2002, p. 185-200.

CASADO, G. G.; SEVILLA-GUZMÁN, E.; MOLINA, M. G. Introducción a la agroecología como desarrollo rural sostenible. Madrid: Mundi-Prensa, 2000.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988, Art.III. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)> Acesso em 16 de Jul. 2017.

Dados produção agropecuária de Pinheiral. Retirado de: <<http://www.ipeadata.gov.br/>> em

2018.

DIAS, G. F. Educação Ambiental: Princípios e práticas. 7a ed. São Paulo: GAIA. 2001, 551 p.

Entrevista com agricultor à Folha de São Paulo - Publicado em 01 de Dezembro de 2002. Retirado de: < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0112200232.htm> > em abril de 2018.

Duarte R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. Cad Pesqui. 2002;(115):139-54. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742002000100005> Acesso em Setembro de 2017.

Estudo Socioeconômico do estado do Rio de Janeiro – Pinheiral. Retirado de: <<http://www.cedca.rj.gov.br/pdf/Pinheiral.pdf>> Acesso em 12 de Dezembro de 2018.

FINATTO, R. A. Agricultura familiar e agroecologia: perfil da produção de base agroecológica do município de pelotas/rs. Revista: Sociedade & Natureza, Uberlândia, 20 (2): 199-217, DEZ. 2008

FLEURY, Sonia. *et all.* O Conselho de Desenvolvimento Econômico Social do governo Lula *in* ESTADO E GESTÃO PÚBLICA: VISÕES DO BRASIL CONTEMPORÂNEO / Org. Martins, P. E. M, Pieranti, O. P. – 2. ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FONSECA, J. J. S. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FOUREIRO & GUIMARÃES, M. *et all.* Pensamento complexo, dialética e educação ambiental. Editora Cortez, 2006.

FRASER, Nancy. Social justice in the knowledge society: redistribution, recognition, as participation; 2001. Disponível em: < <http://www.mujiresenred.net> >. Acesso em 2018.

FREIRE, Paulo. Ação cultural para a liberdade. 5.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1981.21p.

\_\_\_\_\_. Pedagogia da Autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

\_\_\_\_\_, 1921 –A importância do ato de ler: em três artigos que se completam / Paulo Freire. – São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989. (Coleção polêmicas do nosso tempo; 4) F934i

FUNDAÇÃO CEPERJ. Mapa do Estado do Rio de Janeiro - Regiões de Governo e Municípios 2019 - Versão On-line 2018. Disponível em: < [http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/info\\_territorios/div\\_poli/maparj2019.png](http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/info_territorios/div_poli/maparj2019.png) >. Acesso em: 12 fev. 2019.

GADOTTI, M. Pedagogia da Práxis. In: Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria Executiva. Diretoria de Educação Ambiental. Brasília, 2005.

GASPAR, Alberto. A educação formal e a educação informal em ciências. Ciência e Público, 7:171-183, 1990.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Os (des) caminhos do meio ambiente. São Paulo: Contexto, 2007.

Guimarães, M. (2006). Caminhos da educação ambiental. São Paulo: Papirus.

HIRST, Paul. A democracia representativa e seus limites. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

HOLANDA, S. B. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.

IARED, V. G. et al. Coexistência de diferentes tendências em análises de concepções de educação ambiental. Revista eletrônica Mestrado em Educação Ambiental. v. 27, julho a dezembro de 2011.

IBASE. Avaliação dos programas de geração de emprego e renda. Democracia Viva [revista], Edição Especial, 1999.

IBGE. Censo Agropecuário 2017: Resultados preliminares. IBGE, 2019. Retirado de :<<https://censos.ibge.gov.br>> em 05 de Novembro de 2019.

INCRA/FAO. *Perfil da Agricultura Familiar no Brasil: dossiê estatístico*. Brasília, 1996

\_\_\_\_\_. *Novo Retrato da Agricultura: o Brasil redescoberto*. Brasília: MDA, 2000.

LAMARCHE, Hugues. Agricultura familiar: Comparação Internacional. Campinas/SP: Ed: UNICAMP, 1993. 336p

LAYRARGUES, P. P. A Cortina de Fumaça; o discurso empresarial verde e a ideologia da Racionalidade Econômica. São Paulo, Annablume, 1998, 236 p.

LAYRARGUES, P. P. Identidades da educação ambiental brasileira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. Disponível em: <<http://www.forumeja.org.br/ea/files/Identidades%20da%20>> Acesso em: 2017.

LIMA, G. F. da C. Formação e dinâmica do campo da educação ambiental no Brasil: emergência, identidades, desafios. 2005. 207f. Tese (Doutorado em Ciências sociais) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

LOUREIRO, C. F. B. Problematizando conceitos: contribuição à práxis em educação ambiental. In: LOUREIRO, C.F.B et al. (org.). Pensamento complexo, dialética e educação ambiental. São Paulo: Cortez, 2006.

LOVELOCK, James. Gaia: alerta final. Intrínseca. Rio de Janeiro. 2010, 264p.

LÜDKE, A.; ANDRÉ, M. E. D. A Pesquisa em educação: Abordagens: abordagens qualitativas. São Paulo, 1987.

MACHADO, Luana Cristina Tractz. Da Educação Rural a Educação no Campo: Conceituação e Problematização. XIII Congresso Nacional de Educação. Disponível em <[http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25113\\_12116.pdf](http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25113_12116.pdf)>. Acesso em 24 de Novembro

de 2018.

MMA. Formação de agentes populares de educação ambiental na agricultura familiar: Vol.6- Fundamentos e estratégias pedagógicas para a educação ambiental na agricultura familiar / Alex Barroso Bernal e Adriana de Magalhães Chaves Martins, Organizadores. Brasília: MMA, 2015.

MORIN, Edgar- Os sete saberes necessários à educação do futuro. 3ª. Ed- São Paulo- Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2001.

NOGUEIRA, T. N. M. Políticas Públicas entre Educação Ambiental e Agroecologia: o PEAAF na construção das sociedades sustentáveis. Monografia (Licenciatura em Ciências Agrícolas) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2014.

OSCAR, S. C. de. A Produção sobre Educação Ambiental nos Mestrados em Educação de Seis Universidades Fluminenses no Período 1995-2005. 2006. Dissertação (mestrado em Educação) - Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis, 2006.

PINHEIRAL, Prefeitura Municipal de. A história que o povo conta. Retirado de: <<http://www.ibam-concursos.org.br/documento/livro-p1.pdf>> em 15 de Maio de 2018. Pinheiral-Rj, 2012.

PRIMAVESI, O.; PRIMAVESI, A. C. Fundamentos ecológicos para o manejo efetivo do ambiente rural nos trópicos: Educação ambiental e produtividade com qualidade ambiental. São Carlos: Embrapa Pecuária Sudeste, 2003, 84p.

Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar (PEAAF). Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/formacao-de-educadores/programa-de-educacao-ambiental-e-agricultura-familiar-peaaf>>. Acesso em 30 de Jul. de 2017.

Programa Nacional de Educação Ambiental (PNEA). Disponível em : <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/lei9795.pdf>> Acesso em: 15 ago. de 2017.

REIGOTA, M. A. do S. A . Ciência e Sustentabilidade: a contribuição da educação ambiental. Avaliação – Revista de Avaliação da Educação Superior, p. 219-231, 2007. \_\_\_\_\_ Educação Ambiental brasileira: a contribuição da nova geração de pesquisadores e pesquisadoras. Interacções, nº 11, p. 1-7, 2009. Disponível em:. Acesso em 17 nov. 2019.

RICHARDSON, R. J. Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

ROSA, L. G.; SILVA, M. M. P. Percepção ambiental de educandos de uma escola do ensino fundamental. In: Anais... VI SIMPÓSIO ÍTALO BRASILEIRO DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL, Vitória/ES, 2002.

RUEDA, L. Iñiguez, Investigación y evaluación cualitativa: bases teóricas y conceptuales, In: Aten Primaria, Volume 23, nº 8, p. 496-502, Barcelona: 1999.

SANTOS, Boaventura; AVRITZER, Leonardo. Introdução: para ampliar o cânone

democrático. In: \_\_\_\_\_ (Org.). Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002.

SABORIN, Eric. Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula? In Soc. estado. vol.22 no.3 Brasília Sept./Dec. 2007.

SCHNEIDER, Sergio (Org.). A diversidade da agricultura familiar. Porto Alegre Ed. UFRGS, 2006.

SCHNEIDER, Sergio. Pluriatividade na agricultura familiar. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

SHIVA, VANDANA. Monoculturas da mente. Tradução: Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Editora Gaia, 2003.

SILVA, A L. T. da. Reflexividade e Educação Ambiental: bases para uma sociedade sustentável. Acesso: 23 out. de 2018. ([http://www.anppas.org.br/encontro\\_anual/encontro1/gt/sociedade\\_do\\_conhecimento](http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/gt/sociedade_do_conhecimento)).

TEIXEIRA, Michelle Freitas. A luta dos movimentos sociais camponeses pela educação e sua concepção de formação de educadores do campo. In: CAVALCANTI, Cacilda Rodrigues; COUTINHO, Adelaide Ferreira (Orgs.). Questão agrária, movimentos sociais e educação do campo. Curitiba, Paraná: CRV, 2012.

TENÓRIO, Fernando G. e SARAIVA, Enrique J. Esforços sobre gestão pública e gestão social *in* ESTADO E GESTÃO PÚBLICA: VISÕES DO BRASIL CONTEMPORÂNEO / Org. Martins, P. E. M, Pieranti, O. P. – 2. ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

TOZONI-REIS, M. F. C. *Metodologia da Pesquisa*. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2010.

\_\_\_\_\_. TOZONI-REIS, J. R. Conhecer, transformar e educar: fundamentos psicossociais para a pesquisa-ação-participante em educação ambiental. Reunião Anual da ANPED, 2004. Disponível em: <http://www.anped.org.reunioes/27/gt22/t228.pdf>. Acesso em: 22 de abril de 2019.

TRIVIÑOS, A. N. da S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2008.

## **Sites citados**

**ABA** – Associação Brasileira de Agroecologia <<http://www.aba.org.br>>

**CONTAG** - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. <<http://www.contag.org.br>>

### **IBGE**

– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística <<http://www.ibge.gov.br>>

**MDA** – Ministério de Desenvolvimento Agrário - <<http://www.mda.gov.br>>

**MST** – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra <<http://www.mst.org.br>>

**Prefeitura de Pinheiral** - < <http://www.pinheiral.rj.gov.br>>

### **Documentos oficiais citados**

BRASIL. **Lei nº 6.938/81**. Brasília 1981

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9795/99**. Brasília, 1999

\_\_\_\_\_. **Lei n. 11.326/06**. Brasília, 2006

\_\_\_\_\_. **Decreto de Lei nº 73.030/73**. Brasília, 1973

\_\_\_\_\_. **Decreto de Lei nº 4.281/02**. Brasília, 2002

\_\_\_\_\_. **Decreto de Lei nº 6.874**. Brasília, 2009.

## **11 APÊNDICE**

**Apêndice A – Portaria do Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar.**

**PORTARIA Nº 169, DE 23 DE MAIO DE 2012**

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

GABINETE DA MINISTRA

DOU de 24/05/2012 (nº 100, Seção 1, pág. 56)

A MINISTRA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o art. 13 e os incisos V e VI do parágrafo único da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, o art. 6º do Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002 e o art. 1º, § 1º e inciso I do art. 9º do Decreto nº 7.029, de 10 de dezembro de 2009; considerando os princípios e diretrizes definidos pela Política Nacional de Educação Ambiental-PNEA, pelo Programa Nacional de Educação Ambiental-ProNEA e pela Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental-ENCEA, resolve:

Art. 1º - Instituir, no âmbito da Política Nacional de Educação Ambiental, o Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar- PEAAF.

Art. 2º - São objetivos gerais do PEAAF:

I - contribuir para o desenvolvimento rural sustentável;

II - apoiar a regularização ambiental das propriedades rurais do país, no âmbito da agricultura familiar;

III - fomentar processos educacionais críticos e participativos que promovam a formação, capacitação, comunicação e mobilização social; e

IV - promover a agroecologia e as práticas produtivas sustentáveis.

Art. 3º - São objetivos específicos do PEAAF subsidiar:

I - a demanda nacional de Educação Ambiental referente à agricultura familiar;

II - o Subprograma de Educação Ambiental do Programa Mais Ambiente, instituído pelo Decreto nº 7.029, de 10 de dezembro de 2009;

III - a Comissão instituída pela Portaria Interministerial nº 177, de 3 de julho de 2006, com o objetivo de estimular processos educativos voltados à promoção da agroecologia e de sistemas de produção orgânica; e

IV - às demandas de formação e informação em Educação Ambiental do Programa Bolsa Verde, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Art. 4º - Fica criado o Grupo de Trabalho do Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar-GT PEAAF com as seguintes atribuições:

I - debater e subsidiar decisões sobre a implementação do PEAAF;

II - formular, aprimorar e desenvolver estratégias e mecanismos de incorporação de princípios da agroecologia e produção e manejo florestal sustentável, comunitário e familiar nas políticas públicas ambientais.

Art. 5º - O GT PEAAF será composto por 01 (um) representante titular e 01 (um) representante suplente de cada uma das seguintes secretarias e entidades vinculadas do Ministério do Meio Ambiente:

I - Secretaria-Executiva;

II - Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental;

III - Secretaria de Biodiversidade e Florestas;

IV - Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano;

V - Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável;

VI - Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental, que exercerá a função de Coordenação do GT;

VII - Serviço Florestal Brasileiro-SFB;

VIII - Agência Nacional de Águas-ANA;

IX - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA;

X - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes; e

XI - Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro- JBRJ.

§ 1º - Os representantes titulares e suplentes serão indicados pelas secretarias e entidades relacionados nos incisos deste dispositivo e designados por intermédio de portaria editada pela Ministra de Estado do Meio Ambiente.

§ 2º - O Departamento de Educação Ambiental da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental exercerá a função de Secretaria-Executiva do GT.

§ 3º - O GT PEAAF se reunirá trimestralmente ou extraordinariamente, sempre que convocado pela Secretaria-Executiva do GT.

§ 4º - O Grupo de Trabalho reunir-se-á com a presença de pelo menos a metade mais um dos seus membros.

§ 5º - A Coordenação do GT poderá chamar para participar das reuniões, convidados especiais, em função da matéria constante da pauta.

§ 6º - A matéria a ser submetida à apreciação do GT pode ser apresentada por qualquer um dos seus integrantes.

§ 7º - A participação no GT não enseja qualquer tipo de remuneração.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor da data de sua publicação.

IZABELLA TEIXEIRA

## **12 ANEXOS**

## Anexo 01 - Roteiro de Entrevista – Equipe de Formadores

### Entrevista com a equipe formadora do PEAAF em Pinheiral-RJ

Entrevistado: \_\_\_\_\_

Local: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

Entrevistadora: Thamiris Perrone

#### SOBRE O PEAAF

- 1- Se Apresente.
- 2- Como foi sua formação?
- 3- Como você define seu engajamento no Programa?
- 4- Como você entende o Programa?
- 5- Quais outros setores você se vê envolvido?
- 6- Como você percebe os agricultores que fazem parte dele?
- 7- Como você avalia sua participação no PEAAF?
- 8- Como você vê a sua prática “docente” durante a participação no PEAAF?
- 9- Qual foi sua formação para conduzir o curso do PEAAF?
- 10- Como foi conduzida a questão da Educação Ambiental nesse curso?
- 11- Como foi sua relação com os agricultores?
- 12- Você participou da elaboração das atividades? De que forma?
- 13- O que você melhoraria no curso?

**Anexo 02 - Questionário – Agricultores**

**Questionário dos agricultores que participaram da formação do PEAAF em Pinheiral-RJ**

Entrevistado: \_\_\_\_\_

Local: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

Entrevistadora: Thamiris Perrone

**SOBRE O PEAAF**

1. Fale um pouco sobre você e sua família.
2. Como foi sua ocupação nesse território? E sua origem?
3. Como foi sua educação?
4. Quais outros setores e atores que você se vê envolvido?
5. Como você entende o programa?
6. Como você avalia a sua formação no PEAAF?
7. Você diria que a formação correspondeu suas expectativas?
8. Fale dos momentos positivos e negativos do curso.
9. Você percebe alguma modificação no seu dia a dia após o curso, com suas práticas agrícolas?
10. O que você melhoraria no curso?